



# Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kieise - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1995**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Edgard Bueno e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dufilio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edison Lino, Eduardo Trevisan, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Élio Rusch e Renato Adur (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 029/95

Curitiba, 02.05.95

Senhor Presidente.

Em cumprimento ao disposto nos arts. 15 e 16, da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa, as anexas cópias autênticas dos Decretos adiante relacionados, os quais foram baixados e publicados nos prazos estabelecidos:

dos:

Nºs 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 380, 411, 412, 416, 420, 489, 492, 519, 523, 526, 641, 673, 679, 681, 682, 683, 686, 687, 688, 689, 690, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702 e 705/95.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIMÉ LERNER  
 Governador do Estado

**Ofícios:**

**O F I C I O S**

Sob o nº CPI/PORIO/01/95, do Senhor Presidente, Deputado Algaci Túlio, comunicando que foi eleito Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar irregularidades na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, cabendo a vice-presidência ao Deputado Ricardo Chab. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs CTL/SEEG/075 e 076/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

048/95: Do Ministério Público, que cria 08 cargos de Procurador de Justiça, o qual convertido em lei tomou o nº 11.086. **Anote-se. Arquite-se.**

100/95: Do Tribunal de Contas, que fixa, conforme especifica, a partir de 01.03.95, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná e de Procurador Geral junto ao mesmo Tribunal, o qual convertido em lei tomou o nº 11.087. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 106/DAF/593/GAB/95, do Senhor Omar Akel, Diretor-Presidente da FAMEPAR, Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, encaminhando prestação de contas e o Relatório de Atividades do Instituto, referente ao exercício de 1994, contendo os principais aspectos da gestão econômico-financeira, a cargo daquela autarquia. Ao conhecimento da Casa.

**Indicação:**

**I N D I C A Ç Ã O**

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação de Vossa Excelência, venho pelo presente indicar o nome do Deputado Augustinho Zucchi, para ser membro suplente do nosso Partido, junto à CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga os problemas na SANEPAR.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveito para reiterar os nossos

protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) DUILIO GENARI  
vice-Líder do PP  
em exercício

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 1306"A"

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 03 (três) sessões do Projeto de Resolução n° 007/94, item n° 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

##### REQUERIMENTO N° 1294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja proposta, pela Mesa Executiva, ao Supremo Tribunal Federal, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade do Decreto Federal n° 1.303, de 08 de novembro de 1994.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

O Decreto Federal n° 1.303/94 determina que o Conselho Nacional de Saúde seja ouvido nas criações de cursos universitários na área da saúde, para que pelo mesmo seja aferida a "necessidade social" da criação do curso.

Além de flagrantemente beneficiador do corporativismo dos médicos, dentistas e afins, o decreto é inconstitucional, posto que fere o artigo 207 da Constituição Federal, o qual confere autonomia às Universidades.

Como está preconizado, também na Constituição Federal, em seu art. 103, inciso IV, que a Mesa da Assembléia Legislativa é parte legítima para a proposição da Ação de Inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal, venho requerer para que lancemos mão deste instrumento legal que temos em nosso poder, fazendo cessar, desta forma, a vigência deste arbitrário decreto que está ferindo nossa Carta Maior e junto os interesses do povo em geral, tanto os estudantes como da população carente de saúde.

##### REQUERIMENTO N° 1298

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com fulcro no Art. 134 do Regimento Interno desta Casa, o uso da tribuna legislativa pelos representantes da Associação dos Professores da Universi-

dade Federal do Paraná nos horários do Pequeno e Grande Expedientes, na próxima quarta-feira, dia 24 do corrente, para exporem a proposta da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em discussão no Senado Federal.

Os representantes, igualmente, nessa oportunidade, colocam-se à disposição deste Poder, para debate e/ou esclarecimentos de eventuais dúvidas sobre a temática e sobre a paralisação das Universidades Federais.

Os objetivos básicos desse requerimento atêm-se, em primeiro lugar, à abertura de um espaço democrático, à sociedade organizada, e em segundo, à melhor capacitação aos Parlamentares para a grave perspectiva que se vislumbra para a educação brasileira.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) ANGELO VANHONI  
EMERSON NERONE  
DOUTOR ROSINHA  
IRINEU COLOMBO  
PERICLES MELLO

##### REQUERIMENTO N° 1274

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja designada a data de 6 (seis) de junho próximo vindouro, para realização de Sessão Solene para outorga de título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Horácio Klabin, conforme o disposto na Lei n° 10.901, de 20 de setembro de 1994, a ser realizada na data supra, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às 17:00 horas.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

##### REQUERIMENTO N° 1277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Doutor Jerônimo de Albuquerque Maranhão, ocorrido dia 14 do mês corrente, em Curitiba.

Requer, também, que do teor deste seja dada ciência à família, na Rua Padre Agostinho, 1281, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) ALBANOR GOMES

Apoiamento: Aníbal Khury.

#### JUSTIFICATIVA:

Amazonense de nascimento mas paranaense por adoção, prestou relevantes serviços ao nosso Estado.

Em 1952, ingressou no Ministério Público, como Promotor Público Interino da Comarca de São João do Triunfo. Passou por várias comarcas do interior, inclusive por

Araucária, onde conseguiu, graças ao seu trabalho sério e dedicado, um ótimo relacionamento com a comunidade.

Veio para a Capital em 1962 e, até se aposentar em 1989, atuou em diversas Varas e Promotorias.

Exerceu com muita competência a Corregedoria Geral do Ministério Público em 1979, ao ser eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Procurador-Geral da Justiça em 1985, e, novamente, em 1987.

Foi nomeado Diretor da Polícia Civil no Governo de Jayme Canet Jr. e, posteriormente, Chefe da Casa Civil, no Governo de José Richa.

Por tudo o que fez ao Paraná, foi sempre merecedor do nosso respeito e admiração.

#### REQUERIMENTO N° 1280

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Alvaro Motti.

Pessoa do nosso círculo de amizades, deixando uma tristeza entre os parentes e amigos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Júlio de Castilho, 805, Centro, Ponta Grossa, PR.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1282

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Aurora Risma, mais conhecida por Lôla, aos 75 anos de vida, ocorrido dia 12 de maio do corrente, nesta Capital.

Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimento diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1304

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do saudoso Procurador

paranaense Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos mais destacados nomes do judiciário do Paraná, Jerônimo Albuquerque Maranhão exerceu vários cargos nos governos Jaime Canet, José Richa e Álvaro Dias.

Natural de Manaus, nascido a 4 de agosto de 1925, iniciou sua carreira no Ministério Público em 1952. Depois de passar como Promotor por várias comarcas no Paraná, como Palmeira, Mallet, Morretes, Tomazina, Bocaiuva do Sul, Prudentópolis e Araucária, foi eleito para o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público que exerceu por vários anos, e também nomeado Procurador-Geral de Justiça no Governo Richa.

Albuquerque Maranhão foi um dos mais ilustres profissionais em sua área de atuação, tendo sido Diretor da Polícia Civil e Diretor-Geral da Casa Civil do Governo do Estado.

#### REQUERIMENTO N° 1262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, a consignação em Ata de voto de congratulações ao Desembargador Haroldo Bernardo da Silva Wolff, pela passagem no dia 07 de junho, dos 50 anos de existência do Tribunal Regional Eleitoral.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO N° 1263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, a consignação em Ata de voto de congratulações aos Diretores da Gazeta do Centro Oeste, pela passagem do 13° aniversário do referido Jornal.

- Aroldo Tissot

- Sonia Sekscinski

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO N° 1264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, a consignação em Ata de voto de congratulações aos funcionários da Gazeta do Centro Oeste, pela passagem do 13° aniversário do referido jornal.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento, parabenizar a Gazeta do Centro Oeste e seus funcionários, pela passagem do 13º aniversário do referido jornal, que vem mostrando grande trabalho, levando informações corretas, independentes, ao povo daquela região.

## REQUERIMENTO N° 1273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de congratulações ao Pastor José Pimentel de Carvalho - Pastor-Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, de Curitiba - PR, pelos 50 (cinquenta anos de consagração ao Ministério de Pastor, que ocorrerá dia 18/05/95, às 19:30 horas com culto a sua homenagem no Templo da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, à Avenida Dr. Cândido de Abreu, 367.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## JUSTIFICATIVA:

O Pastor José Pimentel de Carvalho, Cidadão Honorário do Paraná, veio para Curitiba na década de 60 (sessenta), assumindo a Presidência da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, hoje com 17 (dezesete) municípios sob sua jurisdição com aproximadamente 53.000 (cinquenta e três mil) membros sob a sua liderança.

O Pastor Pimentel é uma liderança estadual, nacional e até internacional. Já exerceu por várias vezes a Presidência da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. A Presidência da Convenção Estadual de Ministros da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Paraná. Participou em inúmeras vezes de conferências nos Estados Unidos da América, Suécia e outros Países.

O Paraná orgulha-se em ter um homem com as qualidades do Pastor José Pimentel de Carvalho.

Este Deputado, junto aos nobres Pares, nos congratulamos pelo jubileu de ouro ministerial, desse que é um homem com a visão de Deus.

## REQUERIMENTO N° 1275

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Departamento de Odontologia das Faculdades integradas da Sociedade Educacional Tuiuti e a Professora Cláris Dalla Bona, Chefe do Departamento do Curso de Odontologia, pela medida preventiva de vacinação contra a hepatite B nos alunos do 1º e 2º anos do mesmo curso, em comemoração ao Dia Nacional de Controle de Infecção Hospita-

lar.

Esta Casa, traduzindo este júbilo, faz em Ata de seus trabalhos esta manifestação de reconhecimento.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) LUIZ ACCORSI

## REQUERIMENTO N° 1278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Jornal "O Paraná" de Cascavel, bem como seja enviada mensagem de felicitações ao periódico, nas pessoas dos Senhores André Heitor Costi e Emir Sfair.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) SAMIS DA SILVA

## JUSTIFICATIVA:

O Jornal "O Paraná" tem acompanhado há 19 anos as lutas e conquistas do povo de Cascavel e região, trazendo registrado em suas páginas as notícias de fatos que fazem a história, sempre oferecendo aos leitores, as informações do dia-a-dia com imparcialidade, responsabilidade e credibilidade.

O seu quadro funcional, formado por pessoas da mais alta competência, vem desenvolvendo um trabalho jornalístico de primeira grandeza, dignificando o nome do jornal e o colocando entre os meios de comunicação mais importante deste País.

Por esses motivos, fazemos questão de deixar registrado nos Anais desta Assembléia, o reconhecimento em nome do povo de Cascavel e região, pelo seu fundamental apoio no crescimento e progresso do oeste do Estado e da sua população.

## REQUERIMENTO N° 1279

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de congratulações a ASMIRE - Associação dos Militares da Reserva do Exército, seção de Ponta Grossa, pela comemoração dos 50 anos do Dia da Vitória. (Dia 08 de maio).

A ASMIRE, seção de Ponta Grossa, comemorou em grande estilo, os 50 anos do Dia da Vitória, que foi o marco inicial do fim da 2ª Guerra Mundial, que teve milhões de vítimas em todo mundo.

Os pracinhas de 50 anos atrás, hoje homens, pais, avôs e muitos falecidos, merecem todas as homenagens e reconhecimento possíveis, pois arriscaram sua vida para defender a paz mundial.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à ASMIRE, em nome de seu Presidente, Tenente Valaeislau Sedor,

bem como dos pracinhas, à Rua Júlia Wanderlei, 1.050, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 1283

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Ivone e Giacomo Alberti, que completaram 37 anos de feliz união conjugal no dia 10 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram 37 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar.

Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama do amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Ivone e Giacomo, na comemoração dos 37 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1284

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Angelo e Maria Casagrande Túlio, que completaram 54 anos de feliz união conjugal no dia 10 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram 54 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar.

Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama do amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Angelo e Maria, na comemoração dos 54 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de congratulações ao "Jornal O Paraná", da Cidade de Cascavel, pela passagem de seu 19° aniversário, em 15 de maio de 1995.

Nestas quase duas décadas de existência, o Jornal sempre defendeu os interesses da região, levantando várias bandeiras importantes, como a reabertura da Estrada do Colono e a agroindustrialização.

Desde 15 de maio de 1976, quando veio a público, o compromisso do Jornal com os interesses mais sentidos da região ficou claro, o que redundou no sucesso empresarial e de público alcançado por "O Paraná" nestes 19 anos.

Requer, ainda que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Diretor Administrativo, Senhor André Heitor Costi e ao Editor-Chefe, Senhor Emir Sfair, na sede do Jornal, com endereço à Rua Pernambuco, 1.618, Cascavel.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO N° 1265

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que determine a substituição do Delegado-Chefe da Delegacia de Polícia do Município de Pinhã, bem como a cassação do alvará da guarda patrimonial das Indústrias João José Zattar Ltda.

Para justificar os pedidos supramencionados, passamos a destacar fatos ocorridos nas últimas semanas no Município de Pinhã, onde os conflitos fundiários estão em franco processo de acirramento:

1. Na quarta-feira, dia 10 de maio do corrente ano, entre 15:00 e 16:00 horas, a guarda patrimonial das Indústrias João José Zattar Ltda, acompanhada de dois policiais militares e de um policial civil, atacaram a tiros a área em que o posseiro Noemi Toledo há mais de cinco anos planta sua modesta roça. Os policiais militares são conhecidos como Edson e Nilcei. O policial civil é conhecido como Charles. Do lastimável incidente, restou hospitalizada uma criança de três anos de idade, Wagner, filho do posseiro, que ficou traumatizado e necessitou de cuidados médicos. A esposa do posseiro, naquele triste momento, carregava uma máquina fotográfica e conseguiu fotografar a cena, razão pela qual foi agredida pelos homens envolvidos na ação.

A agressão sofrida pela mãe só acentuou o trauma imposto à criança que se en-



contrava no local.

Cabe destacar que o posseiro agredido, juntamente com a esposa, - como não têm amparo junto à Delegacia de Polícia local, devido o Delegado-Chefe não ter isenção para agir no caso em tela - dirigiram-se ao Promotor de Justiça daquela Comarca, onde foram coletados depoimentos dos cidadãos duramente atingidos nos respectivos direitos, ocasião em que entregaram ao Promotor as fotografias que os homens da polícia e da guarda patrimonial não conseguiram subtrair dos ofendidos.

2. No dia 7 de maio do fluente ano, domingo, um comerciante de erva mate foi assassinado em Pinhão, vítima de uma tocaia. O tiro veio de um matagal e o autor não foi identificado pelas pessoas que acompanhavam o referido comerciante. Segundo notícias veiculadas pela imprensa daquele Município, há suspeitas que o crime tenha origem nas transações com erva mate, comentando-se que o mandante seria as Indústrias João José Zattar, que acusavam a vítima, Senhor Osvaldo Ferreira Antunes, de furto de erva mate. Nos termos do que foi publicado em jornal de circulação local "a forma com que se deu esse bárbaro crime demonstra que o assassino é um exímio atirador e se trata de um profissional na arte de matar."

3. O Jornal "Hora da Verdade", de publicação no Município de Pinhão, na sua última tiragem, trouxe à página oito, matéria sob o título "Violência em Pinhão", cuja íntegra segue apensa, a fim de mostrar a situação crítica da população daquela região esquecida pelas autoridades constituídas, onde somente o Juiz de Direito e o Promotor de Justiça daquela Comarca lutam contra as injustiças. Enquanto isso, a polícia judiciária, um aparato de segurança criado para a defesa dos cidadãos, funciona como defesa dos interesses pessoais de cidadãos influentes na Capital do Estado, que contam com as benesses do poder.

4. Foram solicitadas informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública sobre os motivos que originaram a renovação do alvará da guarda patrimonial das Indústrias João José Zattar, contudo, passados sessenta dias, o Secretário não prestou informações, infringindo inclusive o que dispõe o artigo 55 da Constituição Estadual, constituindo-se em crime de responsabilidade do Secretário.

Face ao exposto, o problema é grave e merece a atenção das autoridades, motivo pelo qual se espera maior empenho por parte da Secretaria de Segurança Pública,

deixando de lado protecionismos que somente inviabilizam o desenvolvimento dessa rica região do Estado. É hora de eliminar esse antigo feudo, onde o braço forte e implacável das Indústrias João José Zattar mantém os cidadãos atemorizados, longe do Estado de Direito onde as leis são prezas.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) EMERSON NERONE

#### REQUERIMENTO N° 1293

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja enviada mensagem, via fax, ao Exmo. Senhor Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, solicitando que sejam abertas negociações, com as entidades representantes dos trabalhadores petroleiros, telefônicos, eletricitários, ferroviários, professores e funcionários públicos das Universidades Federais.

O momento político exige dos governantes e da sociedade civil organizada, maturidade para dirimir conflitos de forma democrática, respeitando-se as diferenças. A preocupação central deve ser com o País, com a estabilidade das instituições e com a vigência dos direitos democráticos assegurados pela Constituição Federal.

Só a discussão franca e aberta entre as partes pode esclarecer os pontos divergentes e apontar para uma solução de consenso.

A Assembléia Legislativa do Paraná não pode se calar diante de uma situação que exige de todos serenidade e grandeza política.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(aa) ANGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PERICLES MELLO

Apoiamento: Duílio Genari, César Selene, Rossoni, Nelson Justus, Luiz, Cláudio Romanelli e Algaci Túlio.

#### REQUERIMENTO N° 1257

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em frente ao Colégio Santa Terezinha, localizado na Avenida Sete de Setembro.

Os pais dos alunos, ficam em fila dupla dificultando a passagem do coletivo, causando muitos transtornos, inclusive fa-

cilitando acidentes.

O pedido está sendo feito pelos usuários dos transportes coletivos, que reclamam da dificuldade para a parada do coletivo no seu ponto.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1258

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários da linha de ônibus sentido São José dos Pinhais, os quais solicitam abrigo no ponto da Avenida das Torres, esquina com Henrique Mehl, bem como em vários outros.

Sala das Sessões, em 16.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1259

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Lourenço Ângelo Busato no Jardim Monte Santo, Almirante Tamandaré, quanto à instalação de um telefone público ou uma linha de telefone, visando o bem-estar das crianças e professores em qualquer ocasião, principalmente numa emergência.

Segue anexo abaixo-assinado.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 1260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Candido Martins de Oliveira, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura devidamente equipada, para atender a Delegacia de Polícia do Município de Icaraima.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos Senhores Vereadores Admilde de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Icaraima; José Carlos Manzoni, Gelson Ferreira Torres; Rubens Monte da Silva; José Maia Soares; Elias Pereira de Almeida; José Luiz Zanutto; José Silva e Domingos Cardoso (Rua dos Pioneiros, 581, Caixa Postal 62, CEP 87530-000 - Icaraima) e ao

Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101 - CEP 87501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Delegacia de Polícia de Icaraima possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando consequentemente tranqüilidade àquela população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

Cabe-nos ainda salientar que a Delegacia de Icaraima atende uma área de 733 km<sup>2</sup> de extensão, sendo o município sede de Comarca Judiciária, que também utiliza os serviços da viatura para prestação jurisdicional, servindo o Poder Judiciário e Ministério Público sempre que necessário.

#### REQUERIMENTO N° 1261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção de uma quadra poliesportiva no Colégio Estadual Dom Pedro II, Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Cleusa Braga Franquine, Diretora do mencionado Colégio (Av. Duque de Caxias n° 5910, CEP 87504-040); Vereador Genesio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, Av. Maringá 4863, CEP 87502-080); Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, cj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

É inadiável o encaminhamento desta solicitação visando a colaboração desta Pasta, no sentido de permitir a realização de uma das mais antigas reivindicações daquele estabelecimento de ensino, proporcionando aos seus estudantes condições apropriadas às aulas de educação física e prática de esportes.

#### REQUERIMENTO N° 1267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Dire-



tor-Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de uma fotocopiadora em favor do NAES - Núcleo Avançado de Estudos Supletivos, de Irati.

Trata-se de justa reivindicação da Sra. Laura G. Gralak, Diretora do NAES de Irati, à qual somamos o nosso apoio, por entendermos que tornará o trabalho desenvolvido pelo NAES, ainda mais dinâmico e eficaz, ou seja, uma educação de qualidade.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos aos Postos de Saúde, do Município de Araruna.

A presente solicitação tem por objetivo, abastecer os Postos de Saúde com medicamentos para serem distribuídos à população carente, que não dispõe de condições financeiras para arcarem com despesas de farmácia. De nada adianta a consulta médica, sendo que, o medicamento receitado, por mais barato que seja, não será adquirido por essas pessoas extremamente carentes.

Há, pois, que prestar um bom atendimento, mostrando a doença e fornecendo o remédio para cura.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para a manutenção da UNIBEM - União Imbituvense do Bem-Estar ao Menor, do Município de Imbituva.

A UNIBEM presta atendimento a cerca de 120 (cento e vinte) crianças carentes da periferia da cidade, na faixa etária de 07 a 14 anos. Tem por objetivo promover o bem-estar do menor, através do plano de prevenção da marginalização, propiciar à criança, meios e conhecimentos do cultivo da terra, e aprender a retirar dela, o seu sustento.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado e o Excelentíssimo Senhor Rafael Greca de Macedo, Prefeito do Município de Curitiba, solicitando, para que no menor espaço de tempo possível, possa ser implantado o ônibus ligeirinho na linha intermunicipal entre Curitiba e Campo Largo.

É indiscutível o grande alcance social da idéia e o inquestionável benefício trazido por esse tipo de transporte.

Fundamenta-se o requerido, face às dezenas de reivindicações de pessoas que utilizam esse trajeto, quer indo todos os dias para Campo Largo e retornando; quer fazendo o sentido inverso. Acrescenta-se a isso, as constantes lotações dos ônibus que fazem a linha.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, considerando a política de saúde implantada no Paraná, "Paraná Mais Saúde" e atendendo solicitação do Vereador Moisés Ferraz, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Armando Raggio a instalação de um posto de saúde no bairro Duzentos Alqueires, no Município de Santa Cecília do Pavão/PR.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O bairro Duzentos Alqueires, no Município de Santa Cecília do Pavão/PR, é uma localidade desprovida de assistência aos seus moradores. Quando ocorre problemas de saúde com alguém do bairro, têm que deslocar-se mais de 12 km para poder ser atendido. Com a instalação de um posto de saúde, serão atendidos os anseios daquela comunidade.

Esperamos na sensibilidade do Secretário de Estado da Saúde, Dr. Armando Raggio e em breve o bairro Duzentos Alqueires, terá seu posto de saúde.

#### REQUERIMENTO N° 1272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, considerando a política exercida pelo governo na área de comunicações, e ainda solicitação do Vereador Moisés Ferraz.

Requer, envio de expediente ao Senhor

Luiz Otávio Marcondes - Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público (orelhão), no Auto Posto Pavão, Rodovia PR/090, s/n, Km 170, Município de Santa Cecília do Pavão - Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Auto Posto Pavão está localizado em uma região de grande movimento e não possui nas proximidades, nenhuma maneira que possa facilitar a comunicação.

Com a instalação de um orelhão, no posto, temos a certeza, os moradores da região, bem como as pessoas que viajam pela rodovia terão a partir daí, mais tranquilidade em comunicar-se.

**REQUERIMENTO N° 1281**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio Fayet, para que seja agilizada a construção da Agência do Banco do Estado do Paraná, na Cidade de São Tomé.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) EDNO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

Tal pedido deve-se ao fato de que aquele município já procedeu a doação de terreno àquela instituição, e até a presente data nada foi edificado.

**REQUERIMENTO N° 1285**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Eurico Fonseca dos Santos, que tem problemas com relação ao esgoto da referida rua. As fossas são nos quintais, e o escoamento é insuficiente causando muitos problemas aos moradores.

Para maiores informações recomendamos contato com a Senhora Ivonete Moreira Padilha pelo telefone 248-8001.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 1286**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na rua

Boleslau Lucas Bayer, Nova Orleans.

São cinco moradias da COHAB. A rede de esgoto que existe é clandestina e entupiu. Os detritos estão correndo a céu aberto, sendo depositados nos fundos das residências em um córrego. O mau cheiro é insuportável e o perigo de doenças é muito grande.

Para maiores informações, recomendamos contato com o Senhor Augustinho do Carmo Diniz pelo telefone 272-4538.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 1287**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Educação no sentido de instalar um telefone na Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, Moradias Garças, no Pinheirinho.

Esta escola funciona há dois anos, nos períodos da manhã, tarde e noite, e um telefone seria muito útil, facilitando o bom andamento da escola.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 1288**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Segismundo Morgenstern, solicitando a cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Napoleão Batista Sobrinho - Ensino de 1° e 2° Grau, no Distrito de Água Fria, no Município de Iretama.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) NELSON TURECK

**JUSTIFICATIVA:**

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Prefeito Municipal de Iretama, que solicita uma cobertura na quadra de esportes do Colégio Estadual Napoleão Batista Sobrinho - Ensino de 1° e 2° Graus, no Distrito de Água Fria, Município de Iretama.

Tal solicitação se embasa na necessidade do colégio ter um espaço digno e merecido para aulas de Educação Física, esporte e lazer, pois o número de alunos matriculados em 1995, foi de 600.

A comunidade do referido município não possui outro estabelecimento que contenha uma quadra de esportes coberta e todos os alunos sofrem muito, principalmente em dias chuvosos, que os mesmos são impedidos

de praticar essa aula e outras atividades pedagógicas que poderão ser desenvolvidas e beneficiadas com este projeto.

## REQUERIMENTO N° 1296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Lineu Schwartz, solicitando imediato início das obras de reestruturação da rodovia estadual que liga o Distrito de Portal do Sul a Distrito de Praia de Leste, Município de Paranaguá, obra essa que já foi licitada e já inclusive possui empreiteira responsável pela sua execução.

Na oportunidade, destacamos que a obra é de mais profunda relevância, tendo em vista interligar regiões de estratégica importância turística.

Outrossim, vale informar que o atraso na execução e conclusão desta obra provocou e tem provocado diversos acidentes, muitos deles fatais, principalmente na época da temporada de verão.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) ANGELO VANHONI

## REQUERIMENTO N° 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, seja enviado requerimento ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - Seção Paraná, solicitando uma vistoria técnica em todas as edificações com mais de três (03) pavimentos no litoral paranaense.

Na oportunidade, esclarecemos que a presente solicitação se faz mister face à recente determinação das causas da "Tragédia de Guaratuba", onde o laudo técnico que esclareceu aquele triste episódio apontou como causa essencial do desabamento, falhas no projeto estrutural da edificação.

No sentido da prevenção de futuros acidentes semelhantes, o presente requerimento visa estabelecer como objetivo do citado órgão, a imediata fiscalização e vistoria das edificações com mais de três pavimentos em nosso litoral.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) ANGELO VANHONI

## REQUERIMENTO N° 1301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Ilustríssima Senhora Fani Lerner, Presi-

dente do PROVOPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros em favor do Asilo Santa Rita, do Município de Irati.

A presente solicitação visa a aquisição de cobertores, agasalhos e medicamentos, pois com a proximidade do inverno, os idosos são os que sofrem mais com as baixas temperaturas, devendo ser assistidos com maior atenção.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 1302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a criação e instalação de um Centro de Produção Agro-Pecuário no Município de Irati.

A presente solicitação justifica-se pelo fato de que a região de Irati destaca-se pela sua produção agrícola e pecuária - esta é sua principal economia e este Centro de Produção beneficiará todos os produtores da região.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 1303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Escola Estadual Trajano Garcia - Ensino de 1° Grau, no Município de Irati.

A presente solicitação visa ampliar o espaço físico das dependências daquele estabelecimento de ensino, onde funciona o ensino de 1° Grau.

Devido a demanda escolar crescer anualmente, o atual espaço físico da escola é insuficiente para abrigar os alunos matriculados.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 1306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o pronunciamento do douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, solicitando providências urgentes e necessárias à retomada das obras do "Contorno Norte" na Cidade de

Ibiporã.

A solicitação se justifica, considerando que o citado contorno representa o desvio do trânsito da BR-369, do centro daquela cidade, rodovia esta que suporta o terceiro maior fluxo de veículos do Estado do Paraná, por tratar-se de via de acesso ao Estado de São Paulo, incorporando veículos de grandes cidades desde Foz do Iguaçu, passando por Maringá e Londrina e servindo como corredor de escoamento da safra dos grandes centros de produção agrícola de toda aquela região.

Para se ter uma idéia da situação aflitiva da cidade de Ibiporã e proximidades, basta atentar-se para a "Estatística de Acidentes", fornecida pelo Comando do Policiamento do Interior da Polícia Militar do Paraná, mais precisamente a 2.<sup>a</sup> Cia. de Polícia Rodoviária de Londrina:

- Período de 01.01 à 31.12.94

BR-376 - km 132 a 145

Acidentes: 117

Feridos: 82

Mortes: 07

- Período de 01.01 à 30.04.95

BR-376 - km 132 a 145

Acidentes: 47

Feridos: 90

Mortes: 07

Totalizando nos dois períodos:

Acidentes: 164

Feridos: 172

Mortes: 14

Para finalizar, temos a informar que o citado contorno tem uma previsão de extensão de 13,5 km e que destes, 9,5 km estão prontos, restando apenas 4 km, e as obras que foram iniciadas em 1988 encontram-se paralisadas desde 1989.

Ibiporã e Londrina, hoje, são as únicas cidades daquele eixo até Maringá que não contam ainda, com o contorno desviando o trânsito da BR-369 de suas entranhas, razão que levou a população a mais uma mobilização de protestos, fechando a rodovia no último dia 12 de maio, fato largamente divulgado pela imprensa escrita e falada do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 1266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

1 - Lista de todos os precatórios requisitórios que o Governo do Paraná pagou e pagará no ano de 1995, com os respectivos valores e a razão do pagamento, seja

para pessoa física ou jurídica.

2 - Especificar o número do processo (ação) judicial que originou o pagamento dos mesmos.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, seja enviado requerimento ao Excelentíssimo Senhor Coronel Luiz Antônio Borges Vieira, Digníssimo Chefe da Casa Militar do Governo do Estado do Paraná, solicitando a relação de todas as horas voadas, itinerário, quilometragem e combustível gasto por todas as aeronaves que compõem a frota do Governo do Estado do Paraná, bem como relação dos locais e quantidade de combustível comprado, do início do atual Governo até a data do recebimento do presente.

Na oportunidade, esclarecemos que o presente requerimento se faz necessário no sentido do atendimento ao princípio da transparência administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal), e para possibilitar o esclarecimento de diversas denúncias que têm chegado constantemente ao gabinete do Deputado proponente do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) ANGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO N° 1305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a Vossa Excelência, nos termos, entre outros, da competência prevista nos incisos XXVIII, XXX e XXXIV, do art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, que, após deliberação deste douto Plenário, seja enviado ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP - ER/CTBA o presente Pedido de Informação e envio de documentação do que segue:

1) Relativo as vistorias solicitadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Período de 01/01/90 até 15/05/95.

1.1 - Quantos procedimentos de vistoria foram solicitados pelo DNPM?

1.2 - Quantos foram deferidos e quantos foram indeferidos ou "discordados"?

1.3 - Dos indeferidos de quantos foram solicitados nova vistoria?

1.4 - Dos requeridos por nova vistoria quantos foram deferidos?

1.5 - Relacionar os nomes e endereços dos funcionários que deram os pareceres relativos às vistorias e novas vistorias

realizadas.

Enviar cópias dos documentos aos procedimentos e processos que embasam as respostas acima.

2) Relativo as autuações realizadas pelo IAP. Período de 01/01/90 até 15/05/95.

2.1 - Quantas autuações foram efetivadas pelo IAP?

2.2 - Quantas foram indeferidas?

2.3 - Qual o valor das multas impostas?

2.4 - Do montante das multas impostas qual o valor das recolhidas?

2.5 - Relacionar o nome e endereço dos funcionários que autuaram.

Enviar cópias dos documentos dos procedimentos e processos que deram embasamento às respostas acima.

3) Dos processos judiciais contra atuação do IAP. Período de 01/01/90 até 15/05/95.

3.1 - Em relação aos indeferimentos (discordância) nas vistorias originárias de pedido pelo DNPM, quantos são objeto de medidas judiciais?

3.2 - Em relação as autuações de multas consignadas pelo IAP, quantos são objeto de discussão no âmbito do Judiciário?

3.3 - Quem providencia a defesa dos atos do IAP?

3.4 - Quais as sentenças, de 1ª e 2ª instância em que foi decretada a nulidade e/ou anulabilidade dos atos do IAP, em relação as vistorias e autuações com multa?

4) Inquéritos administrativos no IAP. Período de 01/01/90 até 15/05/95.

4.1 - Quantos inquéritos administrativos foram abertos contra funcionários do IAP?

4.2 - Quais as penalidades aplicadas contra os funcionários indiciados?

4.3 - Relação dos funcionários indiciados nos inquéritos administrativos.

5) Dos procedimentos e processos no IAP.

5.1 - Que normas regulamentam os procedimentos e processos no IAP?

5.2 - Quais os procedimentos e prazos quando da solicitação do DNPM?

5.3 - Quais os procedimentos e prazos quando das autuações realizadas pelo IAP?

5.4 - Quais os convênios mantidos com setores federal e municipal que o IAP mantém, em relação aos procedimentos de vistoria e autuação?

5.5 - Qual o valor jurídico das vistorias e autuações realizadas pelos setores ambientais dos municípios?

6) Informações de caráter geral.

6.1 - Que venha as informações que o Instituto Ambiental do Paraná ache necessário para complementar o supra solicitado, bem como, para atender o constante da justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Do Pedido de Informação ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP - ER/CTBA.

O pretendido pelo presente Pedido de Informação, a princípio, é fazer com este Poder Legislativo venha tomar conhecimento dos procedimentos do Instituto Ambiental do Paraná, precipuamente, objetivando instituir sistema de processos administrativos, que não venham a contrariar os princípios de ordem constitucional, tal como o da ampla defesa.

As solicitações e/ou requerimentos indeferidos pelo IAP, ora vinculado à Secretaria do Estado do Meio Ambiente, podem ocasionar enormes prejuízos ao próprio Estado, tendo em vista que, nos procedimentos realizados não existem contraditório ou formação de processos, que possibilitem defesa do interessado e/ou autuado, sendo os pareceres emitidos, via de regra, meras decisões funcionais, na sua maioria, de avaliações subjetivas, fadados à nulidade, no âmbito do Judiciário, e, por consequência, passível de condenação para responder por perdas e danos.

Assim, a princípio, a intenção do pedido ora formulado, visa, antes de tudo, resguardar o Paraná da possibilidade, muito viável, de ter que arcar com indenizações de grande monta, originários de pareceres e decisões pessoais e, conseqüentemente, unilaterais do IAP.

Além disto, é competência do Legislativo fiscalizar os atos do Executivo, precipuamente, de setores que tem poderes em tal amplitude que, ante burocracia procedimental, passam a não resguardar direitos e/ou respeitar proprietários ou possuidores de imóveis, de indústrias, de lojas comerciais, etc, com isto, vindo a ocasionar prejuízos não só monetários, mas outros de impossível reposição, concernente a imagem e respeitabilidade.

Isto posto e por muito mais que se poderia arguir, fica manifesto que não existe qualquer óbice na aprovação do presente, ao contrário, aos membros desta Casa de Leis, atendendo o que define o sistema jurídico vigente, cabe a responsabilidade de se precaver, ante os direitos dos cidadãos em consonância com o exercício das funções do Estado.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 022/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Autoriza a realização de plebiscito para que a população da área adiante descrita decida sobre a criação do Município de Bom Jesus do Sul, a ser desmembrado do Município de Barracão.

**1 - Com o Município de Salgado Filho**

Inicia no Rio Capanema, na foz do Rio Pinhalito, sobe por este até a foz do Rio das Águas, sobe por este até a foz do Rio Arrozal.

**2 - Com o Município de Flor da Serra**

Inicia na foz do Rio Arrozal no Rio das Águas, sobe por este até a foz do Rio São Bento.

**3 - Com o Município de Barracão**

Inicia na foz do Rio São Bento no Rio das Águas, sobe por este até a foz do Rio Sem Nome, à sua margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral sudoeste até encontrar a cabeceira de um afluente sem nome do Rio Barreiro. Desce por este até sua foz no Rio Barreiro. Desce por este até sua foz no Rio Pinhalito. Desce por este até a foz do Córrego São Pedro, sobe por este até encontrar a divisa dos lotes 32,10 e 09 da Gleba 09, com os lotes 33, da Gleba 09 e 01 da Gleba 08, todos do Imóvel Flores e Conceição, segue por esta divisa até encontrar o Córrego da Vila, desce por este até encontrar a divisa dos lotes 11, 20, 21 e 22 da Gleba 08, com os lotes 10 e 09 da Gleba 08 e lote 11 da Gleba 06, todos do Imóvel Flores e Conceição, segue por esta divisa até encontrar o Córrego São José, desce por este até sua foz no Rio Capanema, desce por este até a foz do Arroio Serraria, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto por linha reta e seca alcança o divisor de águas na divisa Brasil-Argentina.

**4 - Com a República da Argentina**

Inicia no divisor de águas da Divisa Brasil-Argentina, no ponto em que este é alcançado pela linha reta e seca rumo Oeste, que parte da cabeceira do Arroio Serraria, segue por esta divisa Brasil-Argentina até defrontar a cabeceira do Lajeado Grande.

**5 - Com o Município de Santo Antônio do Sudoeste**

Inicia na divisa Brasil-Argentina defronte à cabeceira do Lajeado Grande, deste ponto por uma linha reta e seca alcança a cabeceira do Arroio Lajeado Grande, desce por este até a sua foz, no Rio Capanema".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) CAITO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição objetiva sanar incorreções contidas no memorial descritivo da área, constantes da Resolução nº 48/94, sendo que os limites e confrontações corretos da área a ser emancipada são os que ora apresentamos, em conformidade com o mapeamento e respectivo memorial descritivo elaborados pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, anexos ao presente projeto.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 170/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) BETO RICHÁ

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, alimentação, cujos objetivos têm-se materializado ao longo de sua trajetória.

Deve-se destacar, outrossim, sua importância no entrosamento dos alunos com suas famílias e com a comunidade em geral, de forma a integrar o excepcional na sociedade para uma convivência normal.

PROJETO DE LEI Nº 171/95

**A u t o r i z a t ó r i o**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir junto às Empresas Concessionárias de linhas intermunicipais, a gratuidade na passagem, em ônibus convencional, no âmbito do Estado do Paraná, para pessoas carentes, quando estiverem em trânsito para tratamento de saúde.

Parágrafo Único - Os beneficiários aludidos no "caput" deste artigo deverão ser pessoas portadoras de deficiência física, auditiva ou visual, e ainda, os idosos com mais de 65 anos, carentes.

Art. 2º - Esta lei deverá ser regulamentada pelo Governo Estadual no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.



Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

As pessoas carentes já encontram, por motivos óbvios, enormes dificuldades de viagem e ficam sempre à mercê de donativos, de ações caridosas e assistenciais.

Quando possuem alguma deficiência física, as dificuldades se multiplicam.

As pessoas carentes, portadoras de deficiência física ou as que possuem mais de 65 anos, são as que mais necessitam de transporte para tratamento de saúde.

Aos idosos carentes com mais de 65 anos de idade, a Constituição Federal, em seu artigo 230, § 2º, garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. Queremos estender esse benefício também ao transporte coletivo intermunicipal, no âmbito do Estado do Paraná, haja vista que muitos deles precisam de locomoção para centros maiores em busca de tratamento de saúde.

Quem conhece de perto o problema dos deficientes, sabe das dificuldades pelas quais passam, mormente quando de poucos recursos financeiros. Nas famílias de maior poder aquisitivo o problema é amenizado, porque o deficiente pode contar com carro de alguém da família, assim como de acompanhante. Já nas famílias de baixa renda, o deficiente e o idoso ficam condenados a ficar trancados em casa, sem acesso ao tratamento de saúde especializado, além de ficarem à margem do convívio social.

Trata-se de um contingente não tão expressivo em relação à grande massa populacional que utiliza o transporte coletivo, por isso, não representará sobrecarga de custos às empresas de transporte concessionárias das linhas de nosso Estado. Temos a certeza que estas estarão prontas a dar sua contribuição aos nossos irmãos carentes.

Por tratar-se de matéria meramente autorizatória, de alto alcance social, é que pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 172/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Nos termos dos Arts. 154, IV, "b" da Constituição Estadual e 23, VIII e X, 24, V e 187, V da Constituição Federal, fica instituído o Seguro Agrícola no sistema financeiro estadual.

§ 1º - Define-se este Seguro Agrícola como instrumento auxiliar da política agrícola nacional, diferentemente dos se-

guros tradicionais, para fins de fomento à produção de alimentos, ao desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem no campo, de forma a contribuir para a estabilidade econômica, social e política do Estado.

§ 2º - O Seguro Agrícola será destinado somente aos pequenos produtores conforme conceituado na Lei Agrícola Estadual nº 9917, de 30 de março de 1992.

Art. 2º - O Seguro Agrícola será constituído através das seguintes modalidades de cobertura:

- a) seguro de custeio agrícola;
- b) seguro pecuário;
- c) seguro de produtos agropecuários e de benfeitorias necessárias e inerentes ao processo produtivo.

§ 1º - A modalidade seguro de custeio agrícola destina-se à cobertura de culturas como feijão, arroz, milho e trigo.

§ 2º - A modalidade referida no parágrafo anterior deste artigo, será gradativamente, a partir do segundo ano da vigência desta lei, aumentada, de modo a abranger outros produtos agrícolas, que sejam significativos para cesta básica.

Art. 3º - As classes de riscos cobertas pelo Seguro Agrícola compreendem incêndios, fenômenos meteorológicos adversos, pragas, doenças incontrolláveis e todos os demais tipos de sinistros rurais ocasionados por fatores externos, bem como o risco de morte de animais.

§ 1º - No caso de seguro de custeio agrícola, o cálculo de custos de produção para a estipulação dos valores de riscos a serem pagos pelo segurado deverá necessariamente refletir uma estimativa real que inclua a valorização da mão-de-obra familiar na atividade.

§ 2º - O Seguro Agrícola garantirá:

I - a indenização de 100% (cem por cento) do valor do bem segurado, desde que isto conste de contrato;

II - a indenização da área sinistrada, independente de área contínua ou remanescente não sinistrada, de forma a permitir o replantio;

III - a indenização das áreas de meeiros e parceiros consideradas, no caso, como unidade de produção próprias;

IV - a indenização do custo de produção das atividades agropecuárias, incluindo necessariamente a remuneração do produtor, e quando for o caso, da mão-de-obra familiar;

V - uma redução do prêmio a ser pago, ao assegurado que não tiver perdas.

§ 3º - Entende-se como orçamento de manutenção de culturas periódicas e produtos agropecuários, o levantamento das despesas necessárias à aquisição de insumos e execução dos trabalhos culturais, em

cada ciclo, a partir da primeira colheita efetuada com rendimento econômico.

§ 4º - Cabe ao Poder Público, através de seus órgãos competentes, a fixação do cálculo do custo real dos itens competentes do custo de produção das atividades agropecuárias inclusive a mão-de-obra familiar, respeitando as medidas regionais de produtividade, valores das diárias indenizadas, preços de mercado efetivamente pagos ao produtor e outras características regionais.

§ 5º - As indenizações supra identificadas serão pagas, com a devida atualização monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem pagas em dobro.

#### DA COMPANHIA DE SEGUROS

Art. 4º - O seguro agrícola deverá ser executado pelo Estado, direta ou indiretamente, através de Companhia de Seguro.

§ 1º - A viabilidade do Seguro Agrícola será garantida pela companhia criada para esse fim.

§ 2º - Para funcionamento da Companhia de Seguros, o Poder Executivo Estadual constituirá um Conselho Consultivo, que proporá formas de atuação e cumprirá o papel de agente fiscalizador da política estadual do seguro agrícola;

§ 3º - A composição do Conselho Consultivo deverá contemplar obrigatoriamente a participação de representante de entidades não governamentais ligados ao setor, de forma paritária com representantes de entidades de pequenos produtores;

§ 4º - Cada município constituirá Conselho Municipal de seguro agrícola, composto por representantes de todos os setores, que terá como atribuição a arbitragem nos casos de disputas em relação a magnitude dos sinistros o qual colaborará na divulgação, implantação e controle do Seguro Agrícola na respectiva localidade.

§ 5º - O Poder Executivo Estadual constituirá uma comissão específica, incluindo o Conselho Consultivo para, num prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, viabilizar estudos para criação da Companhia de Seguros, observando a legislação pertinente.

Art. 5º - O Poder Executivo destinará no orçamento do Estado recursos necessários à implementação desta lei.

Art. 6º - A Companhia de Seguros estadual, através de normas complementares, definirá o caráter de obrigatoriedade para algumas atividades de custeio agrícola e de bens, benfeitorias e produtos agropecuários e também o caráter facultativo para as respectivas atividades, incluindo

todas aquelas relacionadas ao seguro de custeio pecuário.

Parágrafo Único - A definição da obrigatoriedade ou não do Seguro Agrícola conforme as modalidades de cobertura e as linhas de atividades será atribuição da Companhia de Seguros mantida pelo Estado, ouvido o Conselho Consultivo.

Art. 7º - No prazo de 60 (sessenta) dias a Companhia de Seguros deverá submeter à apreciação do Poder Executivo as "normas operacionais do seguro agrícola", ouvidos o Conselho Consultivo e demais entidades interessadas.

Parágrafo Único - Todos os órgãos ou agências da administração direta ou indireta no Estado, bem como as entidades a ele vinculadas poderão ser acionadas para a operacionalização do Seguro Agrícola, que entrará em vigor tão logo suas normas sejam aprovadas pelo Sistema Federal de Seguros.

Art. 8º - A Companhia de Seguros terá caráter amplo, a ser definido pelo Poder Público, não se restringindo ao seguro agrícola, a fim de garantir sua auto-sustentação econômico-financeira.

Art. 9º - O Poder Executivo Estadual promoverá ações necessárias para que outras instituições do Sistema Nacional de Seguros Privados se integrem à política nesta Lei.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.95

(aa) IRINEU COLOMBO

DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

ANGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

Apoiamento: Joel Coimbra, José Tavares, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin, Ricardo Chab, Toti Colaço, Antonio Belinati, Carlos Simões, Edson Silva Lino, Edno Guimarães, Beto Richa, Luiz Carlos Aborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Alves de Moura, Irondi Pugliesi, Luiz Accorsi, Nelson Justus, Duílio Genari, Durval Amaral, Basílio Zanusso, José Maria Ferreira, Edgard Bueno, Rossoni, César Seleme e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

SOB OS ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Considerando que o Setor Agrícola é a base de sustentação da economia do nosso

País, apesar do avanço tecnológico e do crescimento da indústria de transformação, ainda são gritantes as precárias condições de vida e de trabalho que atingem grande parte da população rural. Assim, faz-se necessário que busquemos medidas que pela amplitude, aliando fatores de estímulos à produção, com o aperfeiçoamento de técnicas alternativas, viabilizem a estabilidade do homem na terra e provoquem uma crescente regularidade e eficiência na sua atividade produtiva.

Entre os diversos objetivos, destacam-se a diminuição do risco de perda da produção agrícola, que estaria coberta por um Seguro abrangente, em contraposição à frágil cobertura promovida pelo PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, única alternativa apresentada hoje ao homem do campo e que, em última análise, significa apenas a garantia do agente financeiro diante dos diversos imprevistos que se apresentam na atividade agrícola em nosso País.

"O Seguro Rural objetiva o aumento da produção, da produtividade, o desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem do campo, de forma a contribuir para com a estabilidade econômica, social e política do País, diminuindo, indiscutivelmente o êxodo rural, algo extremamente preocupante que vem aumentando nas últimas décadas, ocasionando evidentemente, o inchaço nas periferias das médias e grandes cidades."

Cabe ressaltar também que o agricultor ao fazer uso do Seguro Rural, terá desenvolvido uma planificação mínima do seu processo de produção, contando inclusive com a previsão do que irá colher. A própria administração, quer a nível regional, quer a nível estadual, terá em suas mãos um instrumento muito mais efetivo sobre o que se planta e o que se colhe em nosso Estado.

É de extremo interesse que discutamos os diversos fatores que regulamentarão o funcionamento da presente proposta: a obrigatoriedade ou não do Seguro para determinados produtos; um estudo que respeite as particularidades de cada região prevendo assim uma maleabilidade nos critérios a serem adotados na sua aplicação; que estabeleça também o índice real do prêmio para que o projeto não se transforme apenas numa propaganda demagógica desse instrumento, resultando ônus financeiro para o nosso Estado.

É necessária a criação da Companhia de Seguros sob o controle direto ou indireto do Estado que terá como função básica entre outras, a promoção de ações necessárias de planejamento, regulamentação e implantação das operações do Seguro Rural, nos termos da presente Lei e da Legislação Federal pertinente.

É importantíssimo a criação em cada município, de um Conselho Municipal de Seguro Rural com representantes de todos os envolvidos, para colaborar na implantação e fiscalização.

#### SOB OS ASPECTOS LEGAIS

A Carta Magna republicana ao discriminar a competência privativa da União para legislar sobre seguro, o faz na forma de seguro tradicional, seguro de vida, etc. O Plano de Lei, sob exame, não estrutura o seguro naqueles moldes, pelo contrário, se fundamenta em sistema de Seguro Agrícola, aos termos do art. 154, inciso IV, alínea "b", da Constituição do Estado do Paraná, que estabelece:

"Art. 154 - A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação paritária e efetiva dos produtos e trabalhadores rurais, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais, com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo a Estado:

IV - o estabelecimento de mecanismos de apoio:

a) ...

b) a sistemas de Seguro Agrícola;"

Impende, neste sentido, observar a intenção do legislador paranaense, que de forma alguma afronta a Carta Federal, quando determina que a política agrícola estadual, de competência do Estado do Paraná "e será executada e planejada na forma da lei", daí a competência do Poder Legislativo, para estabelecimento de mecanismos como o de Seguro Agrícola, objeto da proposição.

Tanto é verdade que a própria Constituição Federal em seu art. 187, inciso V, ratifica:

"Art. 187 - A política agrícola ser planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta especialmente:

V - o Seguro Agrícola;"

Nota-se no artigo supra, o desejo do legislador constituinte em dispor desde logo que a política adotada deverá considerar a participação de todos, além de vários fatores que o dispositivo declara e enumera, dentre os quais o seguro agrícola.

Neste mesmo sentido, cumpre ressaltar o objetivo básico do projeto quando institui o Seguro Agrícola. O "caput" do art. 1º, § 1º, é cristalino:

"Define-se este Seguro Agrícola como

instrumento auxiliar da política agrícola nacional, diferentemente dos seguros tradicionais, para fins de fomento à produção de alimentos, ao desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem no campo, de forma a contribuir para a estabilidade econômica, social e política do Estado.

Constata-se que essa determinação visa fomento à produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar, bem como o combate às causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos. Esse escopo nada mais é do que o cumprimento à Constituição Federal em seu art. 23, incisos VIII e X, bem como art. 24, inciso V.

Impende ressaltar que o "caput" do art. 23 citado supra dispõe sobre a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para assim procederem. E do art. 24, sobre competência concorrente.

Por outro lado, observando o mandamento do art. 66, inciso IV da Carta Estadual, este determina à iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Constata-se aqui o reconhecimento do Estado do Paraná sobre sua competência em legislar sobre seguro agrícola, o que daria encerrar qualquer dúvida sobre a matéria.

Todavia, trata-se aqui de um ato complexo, sob inserção do art. 53, inciso XVI da Constituição Estadual. Tal dispositivo evidencia a competência da Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, - daí o ato complexo, a lei, - "em dispor sobre todas as matérias de competência do Estado especificamente:

XVI - a matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal."

Para que dúvida não haja, cumpre destacar que nos aspectos concernentes à administração estadual, o projeto respeitou a competência do Governador, como se observa, no § 4º, do art. 3º, o art. 4º, seus incisos e parágrafos; o art. 6º, com destaque ao seu Parágrafo Único e art. 7º, todos preconizando a ação do Poder Executivo na sua forma de criar, organizar e estruturar o seguro. E quanto à sua companhia, observada a legislação federal pertinente. Da mesma maneira, avocando o art. 135 da Constituição Estadual, quando se refere à falta de previsão de recursos orçamentários. Chamamos atenção para a leitura do art. 5º do projeto em questão:

"Art. 5º - O Poder Executivo destinará no orçamento do Estado recursos necessários à implementação desta Lei."

O Seguro anuncia ser também facultativo, aos termos do art. 6º do projeto. Em segundo, a maioria dos artigos atribui competência ao Estado para, através de estudos, viabilizar a pretensão do projeto. Nada mais justo atribuir avaliação financeira àquele que tem todos os dados necessários, e se nega a fornecê-los, quando instado.

Lembramos aqui das palavras proferidas na tribuna desta Casa, em 18/04/95, pelo Senhor Eugênio Stefanello, que discorreu sobre a produção brasileira estar regredindo. O Brasil na safra passada produziu dois milhões e duzentas mil toneladas para um consumo estimado em oito milhões de toneladas.

Isto significa dizer que estamos importando, hoje, 75% (setenta e cinco por cento) do nosso consumo. Segundo dados da Secretaria de Agricultura do Paraná, os produtores, neste ano de 1995, deverão ter uma redução de receita na ordem de 20% (vinte por cento), o que vai refletir na diminuição da capacidade de investimento e fatalmente em safras futuras com redução da produção, de empregos e renda.

Recordem que Stefanello classificou essa situação como de segurança nacional. E enfatizou: "Precisamos de uma política agrícola global, que atenda a produção, a movimentação, a guarda, distribuição das safras, a transformação industrial dos produtos, uma política de crédito para investimentos, de preços mínimos e de seguro agrícola. As duas políticas, de preços mínimos e de seguro agrícola, podem assegurar renda aos produtores. Renda aos produtores só se assegura com uma política de preços mínimos para os produtos básicos, principalmente, e uma política de seguro agrícola, que assegure quantidade produzida." E ressaltou: "O PROAGRO não é uma política de seguro agrícola."

Acreditamos na sensibilidade dos Senhores Parlamentares, no sentido de buscarmos, junto ao Poder Executivo, os caminhos viáveis para avançarmos à complementação constitucional. Há muito que se fazer ainda, quanto às especificações e regulamentação da proposta, buscando somar as forças que se interessarem, quer entre os colegas Parlamentares, nas diversas instâncias que deverão discutir e emitir seus pareceres a possíveis alterações ao Projeto, quer entre os diversos segmentos da sociedade que estão ligados à produção agropecuária, convidados a encaminhar seus pareceres.

Provocar mudanças não quer dizer somente avançar. Mas também, como agora, um dever cívico do Parlamento.

Curitiba, quarta, em 17.05.95

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Igreja Assembléia de Deus - Curitiba (Novo Mundo), com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.95.

(a) ALBANO GOMES

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 22 de setembro de 1985, com Estatuto devidamente registrado sob nº 8943, no Livro "A", de Registro de Pessoas Jurídicas, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Curitiba, em 27 de setembro de 1985, a Igreja Assembléia de Deus tem como finalidade a evangelização, orientação religiosa e a beneficência. Foi declarada de Utilidade Pública pela Prefeitura Municipal de Curitiba através da Lei nº 7050, em 03 de setembro de 1987.

Em vista dos relevantes serviços de caráter social que vem prestando nas comunidades em que atua, visando sempre uma condição de vida mais condizente a todo ser humano, essa entidade religiosa merece o reconhecimento e o apoio de toda a sociedade. Para que o trabalho social que já realiza possa ter continuidade e ser mais abrangente, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço breve uso desta tribuna para registrar o fato de que, no Paraná e no Brasil, várias categorias de trabalhadores organizadas estão entrando com paralisação, com greves, com manifestações por conta dos baixos salários, das relações com seus empregos e isso é sintomático. É sintomático da situação em que o Brasil passa, a situação econômica. A situação aonde tudo se justifica, por conta, apenas, da inflação baixa. Uma situação em que os agricultores já antecederam os trabalhadores urbanos nessa cascata de movimento paredista e reivindicatórios, quando os agricultores foram às ruas: trancaram estradas, trancaram bancos exigindo uma solução para o caso.

E hoje recebemos, pela manhã, quando estávamos em audiência no Bloco Agropecuário, lideranças ligadas ao setor de engenheiros agrônomos, médicos veterinários,

economistas e administradores da Secretaria de Estado, Agricultura e Abastecimento que estão com um movimento reivindicatório. Estão parando por três dias para chamar a atenção da sociedade e das autoridades competentes para sua situação.

Quero só fazer um relato final do documento em que eles dizem: "O empenho dos técnicos da SEAB, muitas vezes sem o reconhecimento do Governo Estadual - através do pagamento de salários dignos - atualmente percebe-se 532 reais a 1.050 reais, mais 150 de produtividade e 5% de quinquênios."

Quer dizer, nós estamos tratando de dados materiais colocados aqui. Como é que vamos ter garantia da boa fiscalização fitossanitária, a garantia da vigilância no Paraná, agora, assolando por várias moléstias aí: febre aftosa, com problema na soja, no trigo. Enfim, esses técnicos são os grandes responsáveis pela qualidade da nossa agricultura, pela referência nacional da nossa agricultura, da nossa agropecuária e eles, não estão, minimamente, recebendo, o que merecem pelo trabalho.

Isso é sintomático, também, porque reflete a nível nacional como a categoria dos petroleiros estiveram ontem aqui, os telefônicos tiveram ontem aqui e agora, numa grande manifestação em frente ao Tribunal de Justiça vão unir as forças dos movimentos paredistas para reclamar da situação que estamos passando.

É verdade que algumas coisas têm que mudar no Brasil. Agora, jamais se justificam baixos salários e parar o crescimento.

E nós só poderemos ter uma justiça social, uma decisão de renda mínima quando a gente começar a valorizar aquele que trabalha e recebe o salário. Por isso fica aqui, registrado, a nossa solidariedade irrestrita da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao movimento dos técnicos de nível superior da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Paraná e demais entidades e trabalhadores em greve.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Companheiros servidores públicos presentes nas galerias desta Casa.

Ontem durante o Pequeno e o Grande Expediente da Assembléia Legislativa recebemos a visita do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da PETROBRAS e de um membro do Sindicato dos Trabalhadores da TELEPAR do nosso Estado. Tanto um como o outro encontram-se em greve e têm em sua pauta a cobrança do governo que fugiu à regra. Ou seja, talvez tenha mantido a re-



gra. Após acordo coletivo assinado entre os trabalhadores daquelas estatais e o Presidente Itamar Franco, o atual Presidente da República descumpe todos os acordos assinados, ou seja, desrespeita a lei, uma vez que conforme o disposto na CTE acordo e convenções assinadas entre trabalhadores e patrões se torna lei e deve ser cumprida.

Aqueles trabalhadores, cobrando a exigência e o cumprimento da lei, entraram em greve. O Tribunal Superior do Trabalho julga a greve ilegal, ao contrário do que devia julgar os nossos governantes por descumprimento de lei. E diz hoje que desrespeito tem sido dado pelos trabalhadores, quando o primeiro que desrespeitou foram os nossos governantes, ou seja, o staff de Fernando Henrique Cardoso. Inclusive ontem os petroleiros trouxeram a esta Casa a tabela salarial proposta em setembro de 94, aonde mostra que a tabela salarial tem como menor salário 162,45 reais, e o salário máximo de 2.461,75 reais, mostrando que dentro da PETROBRAS não se encontram os tais ditos e falados marajás que é divulgado pelo setor de imprensa que apoia o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Hoje essas duas greves, junto com a dos trabalhadores da Universidade Federal, ferroviários e administração direta do serviço público, encontra-se num impasse.

Nem Governo quer recuar, nem grevistas. O mais correto que se faça neste momento é que se sente numa mesa de negociação e tente se botar um basta nesta situação, uma vez que quem está perdendo é a Nação e a sociedade civil.

Nesse sentido, nós do Partido dos Trabalhadores, com o apoio das lideranças de outros Partidos, como o PDT e PPR, e aberto aos demais Partidos dessa Casa que desejarem assinar, queremos e pedimos a aprovação de um requerimento a ser enviado ao Senhor Presidente da República solicitando que se abra essas negociações. Esse é o apoio que nós pedimos em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Também queremos registrar que na data de ontem o comitê de imprensa dessa Casa divulgou uma circular de 001/95, na qual pede a nós Deputados que cumpra determinação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná no sentido de ter trabalhado nos nossos gabinetes jornalistas devidamente habilitados junto ao Ministério do Trabalho, conforme a Lei Federal nº 83.284 de 13/07/79 que regulamenta o exercício do profissional.

Queremos dizer a Bancada do Partido dos Trabalhadores já cumpre o disposto nessa lei e queremos colocar aos sindicatos dos jornalistas profissionais do nosso Estado que tem amplo apoio da nossa Bancada, no sentido de que esse serviço seja

desenvolvido por jornalistas profissionais.

Por último queremos reforçar o que foi dito pelo nosso companheiro de Bancada, Deputado Irineu Colombo, no que diz respeito a mobilização e a greve por tempo determinado dos profissionais da Secretaria de Estado e de Abastecimento.

Como servidor público do Município de Curitiba conheço as agruras daqueles servidores municipais, e como Deputado Estadual conheço a realidade dos servidores públicos do nosso Estado. Ao longo dos últimos anos tiveram violento achatamento salarial, dependendo da categoria superando a casa dos 500% de perda salarial, somando isso aos planos econômicos do Governo Federal.

E na última votação que fizemos do nosso Estado, desta mesma tribuna nós alertamos que o que estava dando era dízimo de 10%, queremos dizer dízimo porque é a contribuição que os fiéis dão as igrejas. E é isso que o Governo do Estado deu aos seus funcionários, um dízimo, pena que não é mensal, como os fiéis dão nas igrejas, e simplesmente foi num único mês e não sabemos quando voltará a ter outro.

E alertamos, naquele momento que com a ruptura do artigo no qual estabelecia o teto salarial máximo estaria favorecendo o secretariado, e não deu outra, secretariado 242%, trabalhadores de 10, 15, 20, 30 anos de serviço público ganharam o dízimo e infelizmente como disse, um único mês no ano, até agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, ocupo esta tribuna para aqui, com tristeza, fazer uma constatação da realidade pela qual passa a minha querida Ibiporã.

Estamos convivendo, Senhores Deputados, com uma triste realidade, um caminho, um meio que foi um dia o meio do progresso, ocorreu sobre a 369, meu caro Belinati, o escoamento do café, do gado, da soja, do trigo e do feijão. E esta BR, que corta Ibiporã ao meio hoje é o canal da morte e do flagelo para parte da população de Ibiporã.

No último sábado, a população sensibilizada e revoltada fez com que parasse o trânsito na 369. Ibiporã, uma cidade de 45.000 habitantes, cortada ao meio pela 3ª maior rodovia do nosso Estado, que tem um fluxo de, aproximadamente, 16.000 veículos diários, Ibiporã está dividida em duas, abaixo da BR, Alborghetti, que você tão bem conhece, e o outro lado da BR, di-



vidindo asilo, escolas, creches, postos de saúde, enfim dividindo a cidade bem ao meio. Neste ano, Senhores Deputados, de janeiro de 94 a 30 abril de 95 nós contabilizamos 14 mortes em Ibiporã, por atropelamento de veículo na BR-369. 163 acidentes entre o trecho da Jaqueira divisa com Londrina, no parque industrial.

Estamos enviando a esta Casa e a esta Presidência, um ofício endereçado ao Senhor Governador Jaime Lerner, para que ele coloque como prioridade não só o trevo do Contorno Norte de Ibiporã mas também o de Londrina. Porque do eixo entre Ibiporã e Maringá apenas estas duas têm a BR cortando o centro urbano. E quero poder contar com os companheiros Deputados, porque na última visita que o Senhor Governador fez a Rolândia ele relegou a um 3º plano a conclusão do Contorno Norte de Ibiporã. É uma obra de 13,5 km de extensão, com 9,5 concluído, faltando uma pequena parte na área de pavimentação, tendo todas as obras de galerias e de indenização da área aonde está sendo ocupada pelo leito, já paga e tendo tão somente que fazer a pista de pavimentação. Esta é uma obra que não só Ibiporã reclama, mas reclama toda a nossa região, porque no sábado dia 13, chorou uma mãe, uma viúva que perdeu o filho de 10 anos, e lá já se conta Lucas, Antônio, João, Maria, Pedro, Francisco e tantos outros ibiporaenses e tantos outros que circulam pela nossa via - meu caro Deputado Trevisan, você bem conhece a nossa região.

Solicitamos o apoio a este Ofício, desta Casa, para que o Governador sensibilizado possa dar início e colocar na prioridade da sua administração a realização desta importante obra. Reconhecemos que esta obra foi iniciada no Governo Alvaro Dias, esteve todo o período do Governador Pequão paralisada, e nós hoje, pedimos, em nome do povo da nossa região, em nome dos moradores de Ibiporã, a conclusão desta importante obra, para que possamos ter o sossego e a paz daquela cidade, que para nós é de extrema importância, porque não só é o nosso berço político, mas também é lá que vivemos com a família ibiporaense, as agruras deste instante.

Com estas palavras, quero encaminhar o ofício ao Governador, para que priorize junto à administração, esta obra importante para o Norte do Paraná.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Senhor Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores

desta Casa, encerra hoje uma ação legislativa que teve início no mês de março, com a consciência tranquila porque cumpriu o seu papel, na medida em que ontem protocolamos junto ao Fórum de Curitiba uma ação popular contra o Governo do Estado do Paraná, por atos ilícitos na construção do canal extravasor do Rio Iguaçu.

Durante quase dois meses analisamos com profundidade todo o processo, consultamos os juristas do nosso Partido, divulgamos através da imprensa e da tribuna desta Assembléia a nossa posição e não nos furtamos de alertar pessoalmente o Governador Jaime Lerner, através de ofício encaminhado ao próprio Governador das ilicitudes que aconteciam na execução desta obra. Procuramos e fomos recebidos pelo Líder do Governo nesta Casa, Deputado Algaci Túlio. Na semana passada finalmente tivemos uma reunião com o técnico da SUCEAN, mas infelizmente não conseguimos convencer o Governo da nossa posição, não conseguimos fazer com que o Governo do Estado, num gesto de consciência, de humildade, se curvasse aos ditames da Lei e suspendesse a obra antes que o Poder Judiciário assim o fizesse.

A ação popular vem pautada em tradicionais princípios de Direito, e a primeira questão que se levanta com propriedade, é que o canal só poderia ser construído após realização de licitação pública, para que todas as empresas interessadas em sua construção, apresentassem a sua proposta. A ausência de licitação coloca vários atos ilícitos na responsabilidade do Executivo. O primeiro deles: urgência falaciosa da obra, que demonstramos cabalmente por vários argumentos. Primeiro, os próprios técnicos do Governo admitem que a cheia que aconteceu no mês de janeiro no Rio Iguaçu, é uma cheia com tempo de recorrência de 60, 70 anos, ou seja, volta a acontecer uma vez a cada setenta anos em média, uma cheia dessas dimensões.

Segundo, a obra poderia ser feita mediante realização de licitação num tempo menor.

Bastava para isso que o Governo do Estado, ao invés de contratar três empreiteiras, contratasse cinco ou seis. Poderia gastar 50 dias na licitação e terminaria a obra em menos tempo, porque é simplesmente contratação de máquinas. Quanto mais frente de trabalho se abrisse, menor tempo na realização da obra.

Segunda ilicitude: inconsistência do ETARIMA. As entidades ecológicas do nosso Estado alertaram o Governo do Estado. Começa uma obra complexa, obra que num País da Europa não seria realizada.

Apontar-se-ia para outras soluções de engenharia e se começa uma obra dessa dimensão sem sequer um projeto de engenharia

completo e ausência do projeto de engenharia impediu que se fizesse o relatório de impacto ambiental completo também.

Quarta ilicitude: favorecimento de empreiteiras. Pasmem os Senhores, que duas empreiteiras, a empreiteira Avanço e a empreiteira EMPO - a empreiteira Avanço de propriedade do Presidente do P<sup>RL</sup>, Partido que sustentou a campanha do Senhor Jaime Lerner - apresentam propostas idênticas: o mesmo número de máquinas, mais que isso, o mesmo tipo de máquinas, mais que isso os mesmos preços de hora produtiva e, mais grave, os ofícios que as empreiteiras mandam ao Governo do Estado, são exatamente iguais, com os mesmos erros de português, inclusive. Surpreendentemente, no dia 13 de março, a empresa Avanço se retirará do processo, alegando que como a obra demorou para começar, não terminaria em tempo hábil, e uma outra empreiteira, chamada CG, no mesmo dia encaminha ofício ao Governo, com os mesmos preços e as mesmas máquinas. A empresa CG é a empresa que contratou obras no Governo anterior, recebeu tudo o que tinha para receber e não executou a obra, apenas 10% da obra. Está em dívida com o Governo do Estado.

Quinta ilicitude: superfaturamento da obra.

É inacreditável quando os próprios técnicos do Governo fazem uma estimativa do custo da obra em dois milhões de reais e num contrato com as empreiteiras, uma cláusula diz que podem ser pagos quatro milhões de reais.

Se é verdade que a obra não possui projeto de engenharia, e que a escavação real pode ser diferente da escavação estimada, é um absurdo, ninguém pode aceitar que o real seja o dobro do estimado, e por isso, há claramente superfaturamento na execução do canal extravasor.

Das revistas especializadas em Engenharia Civil que consultamos, todas demarcam claramente, que pelo menos quatro tipos de máquinas, preços superfaturados, que vão até 150% a mais do valor de mercado, em dezembro, na Capital do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, por esses motivos, e entendendo que nada mais fazemos que cumprir com a nossa função de legisladores, representantes do povo, para fiscalizar o Poder Executivo, entramos com uma liminar no Fórum de Curitiba, que foi distribuída e solicitamos como pedido imediato ao Poder Judiciário do Paraná. (Lê):

#### VII - DO PEDIDO IMEDIATO:

7.1 - Requer-se 'inaudita Altera pars', que Vossa Excelência determine a concessão de medida liminar, com finalidade de suspender imediatamente ato lesivo

até ulterior julgamento;

7.2 - A relevância do pedido resulta da perfeita adequação do fato e do direito expostos. Uma vez respaldados em legislações e doutrina, é imprescindível que a moralidade administrativa seja restabelecida, e os cofres públicos não sofram mais prejuízos.

#### VIII - DO PEDIDO IMEDIATO:

8.1 - Requer-se em sentença analítica de mérito;

8.2 - Sejam confirmados os efeitos da liminar concedida;

8.3 - A citação dos réus para se manifestarem sobre a presente ação, sob pena de não o fazendo, ou fazendo extemporaneamente, darem como acordados os termos e pedidos deste feito;

8.4 - A presença do Ministério Público para acompanhar todos os atos deste processo;

8.5 - A requisição dos protocolados de nº 2.148.160-2 e 2.204.382-0 e de todos os demais documentos citados e outros que interessem ao deslinde dessa causa;

8.6 - O depoimento pessoal das autoridades-rés, referidas no início da exordial;

8.7 - Os testemunhos de Emiliano Pinto Seleme, Engenheiro, Diretor de Engenharia da SUCEAN; Elisa Marques Barbosa Chaves, Engenheira, Coordenadora do PRA-01 do PROSAM; Vinício Costa Bruni, Engenheiro, Sócio-Diretor e Responsável Técnico da Construtora Avanço Ltda.;

8.8 - Requisição dos documentos societários das empresas contratadas e da Construtora Avanço Ltda. à Junta Comercial do Paraná, contendo as últimas alterações;

8.9 - A extração de peças deste processo e envio ao Ministério Público para a competente ação penal;

8.10 - Requer finalmente a anulação dos contratos firmados sem licitação, e da autorização do Governador, por vícios de forma, objeto, motivo e fim, conforme já exposto anteriormente neste feito;

8.11 - Sejam condenados os réus a restituir aos cofres públicos as importâncias desembolsadas;

8.12 - Sejam os réus condenados nas custas e honorários advocatícios de sucumbência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acreditamos que com esse pronunciamento, a Bancada do PT, cumpre o seu papel de delegação popular que recebeu nas últimas eleições.

De agora em diante, queremos manifestar nossa confiança que o Poder Judiciário do Paraná cumpra o seu papel. Papel de extrema importância para a vigência do Estado de direito e para a fé pública do nosso Governo. Por isso é que fazemos esse

apelo de consciência tranqüila. Tivemos nesse processo a maior compreensão, a maior elegância. Pedimos ao Senhor Governador que suspendesse as obras antes de entrarmos com essa medida última. Como não tivemos nenhuma resposta assim o fizemos.

Portanto, damos, neste momento, satisfação aos demais companheiros nesta Casa.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que hoje ocorre em Curitiba o lançamento do "Grito da Terra". Um momento de importância à luta dos pequenos produtores rurais, bóias-frias, trabalhadores assalariados, meeiros, parceiros iniciam, para abrir os olhos das autoridades no nosso País para as graves questões colocadas na política agrícola. Os representantes de vários sindicatos, da FETAEP, movimento dos sem-terra estarão, hoje, visitando os gabinetes dos Senhores Deputados e as Bancadas dos partidos representadas nesta Casa, para trazer a sua política de reivindicações que temos certeza que a Assembleia Legislativa do Paraná saberá ser solidária àqueles que mais necessitam nesse momento histórico, o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nos alegra muito, nesta tarde, ter aqui o Prefeito de Farol, Gilmar Cardoso, junto com o Vereador Dirceu, do recém município criado e aprovado aí pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e que hoje se constitui em mais um município que brilha no Estado do Paraná, ajudando, colaborando com o engrandecimento e o progresso desse imenso torrão paranaense.

Subo nesta tribuna, mais uma vez, para dizer: o agricultor que paga todas as contas, estamos discutindo faz muito tempo, para resolver os problemas da agricultura.

Estivemos hoje, mais uma vez, reunidos a pedido do Presidente Orlando Pessuti, e estamos analisando e vendo que realmente está difícil para que cheguemos a uma conclusão. Alguma coisa deverá ser feita pela agricultura.

Senhores Deputados, estou trazendo aqui nesta Casa hoje para dizer aos Senhores dos absurdos que acontece, quem arruma a estrada, quem faz o carreador para o pequeno, médio e grande agricultor para tirar a sua produção? É a Prefeitura Municipal, é o seu diretor de obras, juntamente com os seus Vereadores. E recebemos agora dos pequenos agricultores, Takamiro Ozima, um pequeno agricultor. Esse é um dos exemplos, Takamiro Ozima, Rio sem Paço, uma área de 48,4 hectares, e sua propriedade está avaliada em R\$ 431,32, um total de R\$

52.691,53. Muito bem, o valor do ITR é R\$ 15,80, desses R\$ 15,80 40% é da Prefeitura, é a Prefeitura que vai cuidar da sua propriedade para que ele possa, tirar o seu arroz, o seu feijão, o seu trigo, seu soja, o seu café; e o Governo Federal leva 60%, R\$ 15,80.

Agora, Senhores Deputados, está aqui, queria saber para que existe, e não me conformo e levanto a voz mais uma vez em nome dos Prefeitos, em nome da agricultura, que vemos aqui o Município que arca com todas as responsabilidades leva uma média de R\$ 5,00. E vemos aqui o CONTAG que leva R\$ 11,46, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e temos aqui a CNA que leva R\$ 95,58. Para onde vai esse dinheiro? Será que é para tomar uísque lá em Brasília? Por que esse dinheiro não vem para cá, para ajudar o interior, ajudar o Estado do Paraná? Aonde se viu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma Prefeitura que zela o agricultor, o Estado que cuida das benfeitorias e leva apenas R\$ 4,50, numa propriedade de 20 alqueires. E vemos aqui a Confederação Nacional da Agricultura levar R\$ 95,58, e mais o CONTAG R\$ 11,46.

O agricultor mais uma vez pagando a conta e pagando para o quê? Para fazer o quê? Vemos o quê? A Confederação está fazendo alguma coisa pela agricultura? O que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura está fazendo para o nosso trabalhador? Está fazendo é nada. Levar o dinheiro sim, está levando, mas retorno para os nossos agricultores nada. E vimos isso aqui, muitas vezes a Receita Federal é que está levando chumbo, a Receita Federal não tem nada a ver com essa cobrança do ITR. São coisas Senhores Deputados que não podemos aceitar, se a Confederação tivesse fazendo alguma coisa em prol do nosso agricultor, tudo bem. Aqui deveria ser o contrário, ao invés da Prefeitura levar R\$ 4,50, está aqui o Prefeito lá de Farol, o contribuinte lá da terra dele para levar R\$ 4,50 para botar óleo, para conservar as estradas sem manutenção, e ver o Sindicato levar mais de R\$ 100,00, para fazer o quê?

É por isso que vemos as nossas Prefeituras, hoje, praticamente muitas vezes sem condições de passar a máquina para o nosso agricultor, mas também com uma miséria de R\$ 4,58. E vimos a Confederação levar mais do que R\$ 100,00!

São coisas que não podem acontecer, neste Brasil! É preciso fazer alguma coisa! E todos os setores estão errados, começamos pela Economia deste Brasil e vemos que o Brasil está parando. Hoje vemos funcionários do Estado, do Município, do Governo Federal fazer as suas reivindicações por melhores salários, e são justas e merecidas as reivindicações dos funcioná-

rios. Hoje vemos no nosso País a agricultura falida, um País onde vemos um comércio que não vende mais, como vai contribuir com o seu ICMS? Vemos um País cuja indústria não vende mais seus produtos, porque não temos compradores, e com isso se deixa de arrecadar IPI, Imposto de Renda! E o que acontece? A arrecadação não só do Estado mas das Prefeituras está lá embaixo! O problema é grave, muito grave.

Hoje não só a agricultura, mas a indústria e o comércio, vemos os três setores praticamente falidos, os três setores que contribuem para a melhoria de conservação, saúde, educação, justiça, saneamento.

Hoje, vemos nosso trabalhador que não pode mais pagar o seu talão de água, seu talão de luz, o nosso trabalhador que não pode nem mais comprar um presente para o Dia das Mães, para festejar, alegrar esse grande dia da mãe brasileira! É preciso este Brasil mudar! Urgentemente!

Só queria registrar mais uma coisa, a política tem que ser coerente, tem que ser justa, tem que ser honesta, é preciso fazer aquilo que a população quer, aquilo que é direito, e aquilo que é de obrigação tanto do Governo Federal como do Governo do Estado.

Não sou contra nenhum Deputado desta Casa, mas vemos novamente as críticas ao Canal Extravisor, fui Prefeito de Luisiânia e as obras que o Governo fez no Canal Extravisor se eu fosse o Prefeito eu faria, se eu fosse Governador, eu faria e se eu fosse o Presidente da República, eu faria, porque o Governo está fazendo alguma coisa para melhorarem a situação, os irmãos do Paraná não virem a sofrer o sacrifício que estava acontecendo aqui na Região Metropolitana, por causa das enchentes. Isso jamais iremos ver novamente e graças ao Governo da estratégia, da esperança que está programando o futuro para nosso Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica a presença dos Vereadores de Jataizinho, Luiz Chimize e o Presidente da Câmara, Vereador Darci.

Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sei, Deputado Nelson Tureck, que muitas vezes as palavras aqui não chegam a expressar, na verdade, todo sentimento que a gente tem, principalmente quem representa o interior do Estado do Paraná, mas Vossa Excelência levantou o assunto pelo qual vou começar o meu pronunciamento, nesta tarde de hoje. Presidente que sou,

honrosamente, graças aos meus Pares, na Comissão de Agricultura, discutimos na última terça-feira com relação à cobrança do IPR, mas com relação a esse imposto, a contribuição confederativa, enfim, aquilo que nosso agricultor mais uma vez está pagando.

Recebo comprovantes e comprovantes e verificamos nestes comprovantes que se compararmos ao ano passado os agricultores estão pagando bem mais nesse momento. E ainda tivemos informação da Receita Federal que apenas faz o cálculo, mas convidamos através da Comissão de Agricultura, o representante do INCRA e também a Receita Federal para que quarta-feira possamos discutir a questão do IPR que foi colocado para os agricultores.

Então inúmeros pequenos agricultores, cheguei a receber comprovante de um agricultor com 7,3 hectares e com valor a pagar de 1.300 UFIR, outro agricultor com 12 hectares com 2.412 UFIR. Se foi o erro de cadastro há que se orientar os agricultores, mas não pode mais uma vez o agricultor pagar aquilo que efetivamente não pode ele continuar arcando com cálculos que sejam feitos dessa forma sem que o nosso agricultor tenha a sua retribuição na produção e possa arcar com mais esse ônus.

Mas essa questão da agricultura não é a primeira vez que falo aqui, e esta pelos debates das idéias que tenho certeza já arrumou soluções para inúmeros problemas do Estado do Paraná.

É do Parlamento que surgem as contradições, é com o Parlamento que a sociedade evolui, e é com o Parlamento que democraticamente se abre o espaço para os anseios da população.

A safra do feijão frustrou, os nossos agricultores perambulando pelas ruas pediam uma tomada de decisão, não tivemos se não foi por parte do Governo Estadual alguma ajuda, não tivemos como socorrer os nossos agricultores. O milho 7,6 milhões de toneladas, a maior safra deste Estado.

Percorro Pato Branco que represento e o Sudoeste tradição de luta e empreendimento que não falta, mas os agricultores parecem que saíram de uma grande seca, não sabem eles como vão suportar o fato de terem vendido o milho a R\$ 3,40, R\$ 4,00.

Agora o soja nada falaram do preço, regida pela bolsa de Chicago não tem como o agricultor discutir o fato de não ter mercado a R\$ 7,80 a saca, 110 sacas por alqueire em média, produção de média internacional. Mas 110 sacas por alqueire é o custo de produção, mais uma vez o nosso agricultor está praticamente inviabilizado.

É chegado o plantio do trigo, discutimos hoje pela manhã no Bloco Parlamentar Agropecuário, a OCEPAR, a EMATER, a Secre-

taria da Agricultura, todos os organismos se mobilizam para verem uma alternativa com relação ao plantio do trigo. De 1.215.000 hectares cultivados no País 630 são no Paraná, só quem sabe o que foi feito com as importações do trigo é que sabe o quanto doeu para o agricultor vender a safra passada para fazer ração do seu trigo a 80, 90% do preço do produto que deveria ser carreado para fazer o pão que vai à mesa dos trabalhadores. Nesse momento não temos a definição da política do trigo. Dia 10 de junho, encerra o prazo recomendado pela pesquisa para 80% do plantio da área de trigo no Estado. Mais um pouco para frente, encerra o prazo total para o plantio no Estado do Paraná e o que vemos, Deputado Pomanelli, não há sequer a garantia de que o agricultor possa plantar essa cultura...

**(Passa a usar o horário da Liderança do PT).**

...não há sequer a noção de que como foi falado hoje pela manhã, não plantamos o trigo, não há outras alternativas mais viáveis para a cultura de inverno. Se não plantarmos o trigo, encarece o custo da produção de soja. Se não plantarmos o trigo, cada vez mais dependentes ficamos com relação às importações subsidiadas na sua origem de produção e que na verdade, arrebatam o produtor nacional. É difícil a situação do nosso agricultor.

Vejo na Revista Veja, última edição, publicada uma reportagem e gostaria de chamar a atenção dos nobres Pares, Senhor Presidente, depois de tudo o que está ocorrendo é bem possível que não tenhamos a condição de voltar às comunidades do interior, para conversarmos sobre a nossa agricultura, porque dali estão saindo centenas de agricultores que não conseguem mais sobreviver, mas ao contrário da reportagem da Veja, o pequeno agricultor salda o seu débito junto ao Banco do Brasil.

A sua inadimplência é quase zero, mas os magnatas da agricultura que sempre se ocuparam da maior parte do crédito rural, estes devem 50, 60 milhões de reais ao banco, razão pela qual, alguns defendem que esse recurso para a agricultura não deve existir.

Por ter o Presidente da República vetado o projeto que extingue a TR, nesse momento o Congresso derrubou o veto. Publicada a lei, o Banco do Brasil suspendeu o crédito a todos os agricultores, mas aqueles que dependem desses recursos para plantar, são os pequenos agricultores, é aquele que vende o fogão, a geladeira, mas é o que salda os seus débitos. Não podem eles ficar nesta situação neste momento.

Gostaria de, apenas nesse pronunciamento, chamar a atenção, porque é uma si-

tuação de desespero no campo. Não podemos mais imaginar que os agricultores possam sobreviver a esta política agrícola nacional da área econômica do governo, que não quer reconhecer que, com certeza absoluta, está faltando ao Brasil que reconheça a força do braço deles, que trabalham de sol a sol, como falou o Deputado Nelson Turreck, que disse que além dos agricultores, temos os pequenos empresários e o comércio quebrando nessa situação extraordinariamente difícil.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni** - Li a Revista Veja e lendo-a, cheguei à conclusão que o que é preciso na questão agrícola é uma medida séria. O que observamos, pelos levantamentos feitos pela Revista Veja, é que a Bancada Ruralista no Congresso Nacional está mais defendendo os interesses de meia dúzia de grandes proprietários do que dos pequenos e dos médios agricultores. Aí que me preocupa o posicionamento da Bancada Ruralista.

Quero deixar aqui, o meu posicionamento, que, de forma nenhuma, seria um idiota se estivesse me posicionando contra. Mas Vossa Excelência deve ter observado, se leu a Revista Veja. Dez produtores rurais - a nível nacional - dá uma quantidade que daria para atender a quase todos os agricultores do Paraná. E ainda mais: 95% dos agricultores brasileiros, apesar das dificuldades, saldaram seus compromissos com o Banco do Brasil. E aí, pergunto: quais são os interesses da Bancada Ruralista no Congresso Nacional? Acredito que eles estão mais interessados em defender os interesses do Olacir de Moraes, do que do João Pedro, lá do interior, do Município de Barracão.

É nisso que temos que travar um debate, uma discussão, tirar uma posição do Paraná. Ou se toma atitudes que venham atender os pequenos e médios agricultores deste país.

Outro dia, vi aqui até alguns Deputados querendo fazer a defesa também dos grandes proprietários. Ora, gente, se 95% dos agricultores brasileiros saldaram suas dívidas com o Banco do Brasil e 90% dos empréstimos são dados para 1300, não quero errar por muito pouco aqui, para 1300 proprietários a nível nacional.

Então, o que falta? O que falta é que o Banco do Brasil tome medidas para atender a maioria dos agricultores brasileiros e que irá atender com menos dinheiro do que hoje é aplicado na agricultura. E fazer com que essas pessoas que estão sobre a bandeira dos pequenos agricultores fiquem multimilionários. É o que temos notado.



E é por isso que vemos com preocupação a posição da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Porque eles estão lá para defender 1300 grandes proprietários brasileiros ou eles estão lá para atender os pequenos e médios agricultores?

A evasão dos pequenos agricultores hoje, a nível de Paraná, é visto a olho nu. Isto a gente observa a cada mês que você volta a uma pequena comunidade rural, você observa agricultores indo embora da pequena propriedade rural. Porque a maneira com que está sendo feita a política agrícola nacional hoje, totalmente errada. Tomara que Deus ilumine o Ministro Zé Eduardo, para que ele tome medidas olhando para esse lado. Mas isso me preocupa muito.

**O Sr. Augustinho Zucchi** - Obrigado pelo aparte.

Só corroborando o que Vossa Excelência coloca: não precisa 5 produtores, não, precisamos para o plantio do trigo, imediatamente, cem milhões de reais. Um só deve 61 milhões! Então, verificamos que há, na verdade, essa inversão de valores.

Gostaria apenas de deixar registrado, e embora façamos a nossa parte, trazendo a esta Casa esta preocupação, junto com vários outros Parlamentares. Embora haja essa discussão diariamente na Comissão de Agricultura, embora o Bloco Parlamentar Agropecuário discuta isso constantemente, verificamos a cada dia que passa, que a situação não tem uma projeção que possa dar tranquilidade aos nossos agricultores.

**O Sr. Irineu Colombo** - Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado, é bom que os Deputados do Estado do Paraná fiquem sabendo que no Congresso Nacional, o Presidente da Comissão de Agricultura é Alcides Modesto, companheiro do Partido dos Trabalhadores. Para eles fazerem uma manipulação à Bancada Ruralista criaram uma Comissão Especial, paralela, negando-se a submeter às decisões democráticas e regimentais daquela Comissão. Porque ela é uma Comissão paralela exatamente para pressionar o governo para negociar, inclusive, na questão da reforma constitucional - a "alência, na verdade, dos pequenos agricultores. Isso é uma pouca vergonha, é uma afronta ao processo democrático brasileiro, entre aspas, "legítimos defensores da agricultura", usam expedientes antidemocráticos para, exatamente, acabar com o pequeno agricultor.

É a mesma coisa, Deputado, se o Senhor fosse Presidente hoje da comissão, como é o Presidente da Comissão de Agricultura, e criássemos uma outra comissão para defender os grandes. É mais ou menos essa si-

tuação que está no Congresso.

Obrigado.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI** - Obrigado pelo aparte, Deputado Colombo.

Para concluir, quero dizer que sou funcionário público de carreira do Estado do Paraná, com muito orgulho prestei os meus últimos quatro anos de trabalho junto à Secretaria da Agricultura, sou testemunho da competência do trabalho e dos esforços dos funcionários da SEAB em prol da agricultura do nosso Paraná.

Quero portanto saudar os companheiros, colegas de trabalho da Secretaria da Agricultura, dizer do reconhecimento que tenho a esse corpo de funcionários, e como foi colocado aqui, as questões salariais são extremamente complicadas e, espero que com bom entendimento possa se chegar a valorização dos nossos funcionários que trabalham pela nossa agricultura e que levam o programa do Governo do Estado ao homem do campo.

Muito obrigado.

**O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem)** - O nosso

Deputado Cezar Silvestri, do PSDB, e líder da nossa Bancada, pediu que eu comunicasse Vossa Excelência a sua ausência neste Plenário, devido a uma reunião da UNICENTRO muito importante, que acontecerá em Guarapuava, portanto, com a presença de alguns conselheiros. Portanto, ele pede desculpas por não estar presente nesta Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)** - Será devidamente registrado.

Com a palavra, o Deputado Antônio Belinati.

**O SR. ANTONIO BELINATI** - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente, para parabenizar um dos patriarcas da comunicação no Paraná, Jamur Júnior, que retornou ao SBT e está no Canal 4, TV Iguaçu, às 7:30 horas da manhã com o seu programa; onde tivemos a honra hoje, eu e o nobre Deputado Caíto Quintana, de sermos entrevistados. E chegando a esta Casa, ainda sete e pouco da manhã, já podíamos constatar o sucesso que o amigo Jamur Júnior vem fazendo no comando deste programa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, segundo um levantamento da ONU no mundo, no planeta Terra, 10% da humanidade passa fome. E no mesmo levantamento a ONU constatou que o mesmo planeta Terra, que tem 10% da humanidade morrendo de fome, não são apenas os subnutridos, não são apenas os mal alimentados, são pessoas que efetivamente estão morrendo por falta de comida. E pasmem, nobres Deputados, no



nosso mesmo planeta, 15% dos nossos alimentos são jogados na lata de lixo, apodrecem, são desperdiçados. Se houvesse uma melhor distribuição, nenhuma criatura humana seria subnutrida ou morreria de fome no nosso planeta.

Com muita tristeza, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vemos aqui, não sei se dá para alguns colegas verem, mesmo à distância, uma matéria que foi estampada e que envolve o sociólogo Betinho, com quem a minha esposa, Emília Belinati, esteve no Rio de Janeiro na semana passada, falando no Projeto Fábrica Esperança, numa conferência da qual participou também, além da Emília e do Betinho, a Senadora Benedita da Silva. E o Betinho traz, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao nosso conhecimento, através inclusive de um levantamento feito por um deputado gaúcho, do PDT.

"Alimentos apodrecem e deixam 40 milhões, no Brasil." São 5,5 milhões de toneladas de arroz, feijão, farinha de mandioca e outros produtos que estão estocados nos armazéns do Governo. É com tristeza que vemos que até hoje, nenhuma autoridade tenha ido para a cadeia por negligência, por irresponsabilidade, por deixar apodrecer nos armazéns do Governo este alimento que poderia chegar a casa, à mesa de cada família que está aí, doente, faminta, desesperada pela falta de alimento, pelo baixo padrão de vida do nosso povo.

Portanto, neste momento em que vemos o nosso Brasil, através de nossas autoridades que nos envergonham, que colocam o País num painel muito crítico no contexto mundial, fazemos votos que um dia o Poder Judiciário puna com rigor, mandando para trás das grades, colocando na cadeia pelo menos uma autoridade do Governo Federal que não cuida do alimento. A televisão mostra quase toda semana que está a apodrecer, a ficar perdido nos nossos armazéns e 40 milhões poderiam comer, durante um ano inteiro, somente com o alimento que está sendo desperdiçado pela irresponsabilidade, pela negligência de autoridades que estão em Brasília, à sombra do poder, e que pouco fazem para consertar o nosso País.

Por último, acompanhando o processo de greve no Brasil, o nosso desejo é que um dia possamos abrir o jornal e não ler nenhuma notícia de greve; que possamos ligar o rádio, a televisão, e não ver nenhuma notícia de greve. Que o trabalhador pudesse receber mensalmente o salário justo e digno que ele tem direito. Mas a greve tem sido um instrumento que o trabalhador usa para poder pressionar - e com razão - as nossas autoridades, muitas vezes insensíveis aos seus problemas. Então, torcemos para que estas greves possam acabar, mas

que o Governo dê ao trabalhador brasileiro o atendimento às suas reivindicações.

Aqui no Paraná, fui Prefeito, por quase 10 anos, de Londrina. E lá, quando havia qualquer movimento do trabalhador, eles iam até meu apartamento, como a imprensa pode noticiar, sábado, domingo - teve domingo que cheguei a ficar até 5 horas da manhã e segunda-feira, no gabinete, na Prefeitura, dialogando com o comando de greve, e quando acabava aquele movimento, eu era abraçado pelos trabalhadores, pelos funcionários da Prefeitura.

No nosso mandato, criamos o reajuste mensal: se a inflação era 30%, o trabalhador recebia 30% de aumento, mais 3% de produtividade. Criamos restaurantes setorializados, em cada área da Prefeitura implantamos um restaurante, em que o próprio servidor daquela área é que estabelece o cardápio, o que ele quer comer durante a semana, sem pagar um vintém. Com isso jamais o funcionário vai criticar o Prefeito: "Esta comida não é boa. O Prefeito não gosta de batatinha, então não tem batatinha", e assim por diante.

E mais: implantamos com muito orgulho - e agradeço a Deus - a cesta básica, em que cada funcionário recebe no final do mês, um ticket, e assim ele pode, no final do mês, ir ao supermercado da sua preferência e comprar os alimentos que ele precisa em casa. Com isso também, o funcionário da Prefeitura de Londrina jamais criticará o Prefeito, porque está favorecendo o Carrefour ou uma outra rede de supermercado, a escolha é livre, o funcionário compra onde ele acha que o preço é mais conveniente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixamos na Prefeitura de Londrina, um contingente de amigos que tem nos dado apoio até numa eventual volta nossa para o cargo de Prefeito.

Está exatamente no quadro de servidores da Prefeitura de Londrina o maior contingente de apoio à nossa candidatura. Um dia, almoçando com os funcionários do Banco do Brasil em Londrina, eles nos disseram: "Belinati, nós estamos com inveja dos servidores da Prefeitura, porque o nosso salário sempre foi o mais alto, sempre foi o carro-chefe, foi o melhor salário de Londrina, e agora você, como Prefeito, os servidores de Londrina já estão ganhando - muitos deles - mais do que nós, no Banco do Brasil".

Senhor Presidente, chegou a haver até reação de mau comerciante de Londrina que dizia: "O Belinati está pagando bem os servidores da Prefeitura, e isso descontrola a nossa empresa, porque o funcionário nosso também vai querer aumento igual ao da Prefeitura de Londrina."

Quero hoje, Senhor Presidente - para

terminar, peço desculpas aos nobres Deputados se mencionei estas grandes realizações nossas como Prefeito no campo social, no campo do atendimento ao funcionalismo público municipal - é para lamentar que no nosso Paraná o servidor da Assembléia Legislativa tenha um salário tão miserável, que o funcionário dos órgãos estaduais estejam achatados com o seu salário, funcionário que já sai de casa de manhã com a cabeça quente, brigando com a esposa, com os filhos, porque o cobrador está na porta, porque naquele dia ele tem compromisso a pagar, agiotas que ficam rondando as repartições públicas, emprestando dinheiro com juros abusivos e enterrando ainda mais o nosso servidor público do Paraná.

Então, nesse momento, queremos fazer votos, houve o aumento do salário mínimo recente, então quero aqui, Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, fazer um apelo a Vossa Excelência, em relação aos funcionários da Assembléia Legislativa, a grande maioria aqui recebe um salário de duzentos e poucos reais por mês, e fazer um apelo ao Governador Jaime Lerner, que teve o apoio maciço, um apoio consagrado do funcionalismo público do Paraná, para que o Governador Jaime Lerner, levando em consideração aquilo que sai na TV todos os dias, nos jornais, sai nas rádios, que a inflação continua sendo o grande mal do nosso País, e que o salário mínimo tendo o reajuste, o Governador Jaime Lerner abra o seu coração, estenda a sua mão e parta para o diálogo com o funcionalismo público do Paraná, dando a essa categoria o salário justo que eles têm direito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nos últimos dias temos visto, ouvido acontecer na Cidade de Pinhão aquilo que víamos constantemente nesta tribuna, anunciando e pedindo ao Líder do Governo e à Bancada governista que intercedesse porque novas mortes aconteceriam na Cidade de Pinhão. Há 15 dias atrás foi assassinado durante um rodeio, um comprador de erva mate, que desafiava o poderio Zattar naquela região, assassinado friamente. Mais um episódio que vai ser marcado pelos novos caminhos que rumo o Paraná.

(Lê):

"Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Os últimos governos brasileiros, parte considerável dos empresários e dos representantes políticos dos mais diversos matizes vêm se esforçando para colocar no centro do debate político a inserção do

Brasil no mercado mundial. E neste contexto que a palavra modernidade e toda a sorte de adjetivos que derivam desse conceito, ganham força no vocabulário político.

Estão aí processos de integração econômica, com a conseqüente abertura das fronteiras nacionais para os Países vizinhos da América Latina e a disposição brasileira de liderar um processo capaz de colocar a Nação em condições de se equiparar aos chamados Países do primeiro mundo. Trata-se de um processo que ganhou notoriedade a partir do Governo Collor, passando por Itamar Franco e, levado às últimas conseqüências pelo Governo de Fernando Henrique.

Em meio a esse processo todo, discute-se muito as questões de ordem econômica e comercial, adaptação de câmbio, desenvolvimento tecnológico e outras formas legítimas, mas insuficientes de integração. Na verdade, uma Nação só pode ser forte quando conseguir eliminar fatores básicos de desagregação de seu povo, como a miséria, a violência e toda a sorte de relações subumanas.

Não existe desenvolvimento, abertura a nenhum tipo de desenvolvimento sem que haja o rompimento com essa história de miséria e de desagregação.

Infelizmente, estamos muito longe de chegar a essa condição. Relações de trabalho que remontam o período da escravidão são denunciadas quase todos os dias. O Brasil não conseguiu se livrar ainda, da imagem de ser um dos Países que detêm um dos menores salários mínimos do planeta, isto sem falar no elevado índice de mortalidade infantil.

Para piorar esta situação, relatórios frequentes de organismos internacionais que pesquisam as condições dos direitos humanos apontam frequentemente o Brasil como um dos principais violadores das regras convencionadas internacionalmente.

O Estado paranaense, apesar de todo o marketing fabricado nos últimos anos, tentando vender uma imagem de modernidade, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de suas cidades, à sua agricultura e mais recentemente sobre seu processo de industrialização, conserva traços de perversidade incompatíveis com a imagem que seus governos se esforçam em comercializar.

O Município de Pinhão, em que pese todo o trabalho e a humildade de seu povo, formado na maioria por pequenos produtores rurais, muitos dos quais sequer conseguiram um simples título de posse da terra em que vivem e trabalham há dezenas de anos, é um exemplo dessa perversidade. Esta Casa tem debatido de uns anos para cá a situação de violência em Pinhão, onde o predomínio econômico das Indústrias Zatt-

tar, se dá sob um clima constante de terror. Os que aqui estiveram na legislatura anterior, conhecem muito bem esta situação, pois aqui se formou uma Comissão Especial, inclusive com a participação da atual vice-Governadora do Estado, a ex-Deputada Emilia Belinati, para acompanhar os casos de assassinatos denúncias de tortura, incêndios contra residências de posseiros e toda a sorte de intimidações contra a população rural daquele Município.

Desde o início de nosso mandato temos recebido denúncias constantes sobre a continuidade de ações de barbarismo por parte da Guarda Patrimonial das Indústrias Zattar, que substituiu as forças extra-oficiais de segurança que agiam, e como se vê continuam agindo, à revelia da lei. O que nos deixa ainda mais indignados, é a omissão do Estado neste caso. Temos recebido quase que diariamente revelações de populares de Pinhão sobre o tratamento privilegiado dado pelo Delegado de Polícia daquele município aos homens que integram a Guarda Patrimonial em tela. Mais do que isso: tais denúncias dão conta de que essa guarda atual como braço auxiliar do poder de segurança constituído, prendendo pessoas, fazendo flagrantes. Estive pessoalmente com o Secretário de Segurança, Cândido Manoel Martins de Oliveira, relatando as denúncias que estão estampadas nos jornais, que as emissoras de rádio têm divulgado diariamente.

Da mesma forma, estive com a vice-Governadora Emilia Belinati, colocando-a ao par dos últimos acontecimentos. Pelo menos dois casos de violência aconteceram na última semana. A cerca de 10 dias foi assassinado o ervateiro Osvaldo Antunes que, segundo o jornal "Hora da Verdade", editado naquele município, mais uma vez a autoria recai sobre os integrantes daquela Guarda particular. Há 15 dias, essa verdadeira Polícia Marginal, desta vez em ação conjunta com as Polícias Civil e Militar, espantaram a tiros, um posseiro de seu roçado, agrediram sua esposa que, inclusive fotografou os delinquentes. O saldo desta ação foi uma criança de três anos hospitalizada, devido aos traumas sofridos. E quando fotografava os delinquentes foi segurada por policiais militares, foi segurada pela guarda do Zattar e só houve ali o rompimento desse processo. E só não houve maior violência porque a criança que estava ali, vendo seus pais trabalharem e ganharem o pão - sem arrancar árvores irregularmente como o Zattar, - mas arrancando erva para o seu sustento, a criança entrou em estado de choque e foi hospitalizada, devido a traumas psicológicos sofridos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Paraná, que se quer moderno, que diz

trilhar novos caminhos, não pode mais admitir a predominância da violência e do terror. Há várias semanas venho solicitando da Secretaria de Segurança a cassação do alvará da guarda patrimonial das Indústrias João José Zattar, que inclusive, já teve uma liminar nesse sentido exarada pela Justiça de Pinhão.

As irregularidades são de tal ordem que apesar de registrar a manutenção de apenas 16 homens, com autorização para o uso de revólveres calibre 38, a guarda mantém um número bem maior de seguranças armados até com metralhadoras, segundo consta de vários depoimentos. Para que aqui não prevaleça somente a nossa versão, gostaria de citar que a Rádio Clube Paranaense enviou uma equipe de reportagem a Pinhão e quero aqui parabenizar a reportagem que tem sido divulgada nos últimos dias. Cujas situação a emissora vem relatando em seus últimos programas jornalísticos. Ainda para não prevalecer somente a nossa versão, gostaria que os Deputados lêssem o relatório da Comissão Especial que atuou neste caso durante a legislatura anterior.

Mesmo sem ter obtido até este momento nenhum resposta oficial do Secretário de Segurança aos nossos pedidos de informações, cujos prazos já estão vencidos e, portanto, passível de ação por crime de responsabilidade, tive o alento de ouvir ainda hoje na programação da mesma Rádio Clube Paranaense, uma entrevista onde o Secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira diz estar inteirado dos casos - e não poderia ser diferente, - prometendo tomar providências, afirmando que não aceitará nenhuma espécie de abuso de poder, numa referência às ações das polícias que estão sobre o seu comando. Sinceramente, espero que o Secretário tome medidas urgentes para evitar que novas vidas sejam ceifadas em Pinhão. Espero mais: que o Delegado Marco Antônio Oliveira, que já demonstrou total parcialidade nas questões que envolvem as Indústrias Zattar, seja transferido daquele município, bem como que a cassação do alvará da guarda particular daquela empresa seja efetivado.

Senhores, para dar um exemplo desse Delegado sacana. Alguns dias atrás ele e guardas do Zattar ficaram praticando tiro ao alvo perto da casa desse homem, que agora esse posseiro foi retirado das suas terras, praticando tiro ao alvo. E atrás do alvo, tinha exatamente, a casa do posseiro.

Esse é Delegado de Polícia de Pinhão! Esse é o "primeiro mundo" que o Paraná vende.

Por outro lado, como o próprio Secretário admitiu em sua entrevista, existem muitos interesses econômicos e políticos

por detrás da violência que reina em Pinhão. É verdade, tanto assim que boa parte da população rural de Pinhão luta há anos para legalizar seus títulos de posse da terra. O próprio Estado se comprometeu a colocar seus organismos ligados à questão fundiária para auxiliar os posseiros neste caso. Todavia, não estamos sentindo nenhum empenho deste Governo em resolver esta situação. Um levantamento rigoroso certamente apontaria o desmate indiscriminado de uma das principais reservas de araucária de nosso Estado.

Em mais: o Governo não precisa fazer muito esforço para saber quem é quem em Pinhão. Só para ilustrar, tenho em mãos um documento elaborado pela Associação dos Madeireiros daquela cidade, assinados por inúmeros comerciantes, denunciando que as Indústrias Zattar não cumprem nenhuma espécie de compromisso financeiro. O próprio Governo sabe disso: afinal, essa empresa consta como uma das principais devedoras do Estado. Isto sem falar, que as Indústrias Zattar está no rol das principais devedoras do Banco do Brasil, segundo levantamento publicado recentemente pelo Jornal Folha de São Paulo. Ações trabalhistas somam milhares.

O outro documento assinado pelo Inspeção Regional de Fiscalização da Receita Estadual de Guarapuava, confirmam a situação de inadimplência da empresa junto a administração pública estadual e admite que as cobranças estão a desejar.

É bom que se diga também, que a Justiça também tem agido de forma a deixar muito a desejar quando se trata das Indústrias Zattar. Cito o caso do pedido de falência da empresa, conforme os autos de número 17.316, que, estranhamente, está em mãos do próprio advogado do Senhor Miguel Zattar, Marçal Justen Filho, desde 26 de agosto de 94, sem prazo para devolução.

Toda esta situação, exige do Estado maior rigor em suas ações.

Ora, de nada adianta o Governo alegar na hora em que se discute os salários dos servidores, por exemplo, a falta de recursos, quando não aciona seus mecanismos de fiscalização no combate à sonegação. A título de informação, estive hoje na Sub-Divisão de Segurança Privada da Polícia Civil do Paraná, e lá fui informado de que esse Departamento não possui recursos humanos para fiscalizar a ação das guardas particulares.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A modernidade que queremos é o da justiça social, do império do Estado de Direito, sem o predomínio da ganância que não deixa a paz reinar, jamais.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento. É bom que a Casa, que este Parlamento, realmente tome ciência e conhecimento do que está acontecendo no Município de Pinhão. Queria dizer que se as autoridades competentes do nosso Estado não agirem com muita cautela e rapidamente, teremos um dos quadros extremamente triste no Paraná, haverá um confronto inevitável entre uma parte e outra lá em Pinhão, entre os que tem a terra, e os que não tem as terras. Não há como se protelar uma interferência do Estado em caráter de excepcional urgência.

Não quero entrar no mérito da discussão do que está levando a essa tensão permanente que vive a comunidade de Pinhão, porque conheço a realidade. E quando V. Exa. colocou com muita propriedade, apontou até os débitos, uma das devedoras maiores que é a empresa João José Zattar, comentava há poucos dias que o Estado do Paraná talvez seja o maior credor dessa empresa.

É uma das empresas que possui uma extensão de terras muito grande na região de Pinhão. Por que não fazer uma composição dos débitos, dos ICMS atrasados, dos financiamentos do Banco do Estado, e outros créditos a mais que o Estado tem, fazer um ajuste de contas com a empresa e receber, como pagamento parte das terras necessárias para ajustar as famílias que estão lá há muito tempo já, naquela área?

Se o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, através da Secretaria de Agricultura, do IAPA, intervir, com rapidez, fará, sem dúvida nenhuma, um grande acerto econômico para o Estado e evitará um derramamento de sangue naquela região. Não há como se dizer que não vai haver um conflito lá! Porque a tensão é muito grande e os problemas são gravíssimos!

O Zattarlândia, que conheci há muitos anos atrás, gerava ali empregos para centenas de famílias, e hoje, não tem mais do que a guarda, ou seja 40 homens. Então hoje não existe praticamente nada.

Acho que se o Governo do Estado, através de seus órgãos ou mesmo através da Comissão de Terras aqui da Casa, ou mesmo de um Bloco de Deputados interessados, uma Comissão, para intermediar este conflito e intermediar este ajuste, é muito importante, neste exato momento.

Por isso quero parabenizar V. Exa., não entrando no mérito da discussão, apenas parabenizando pelo fato de levantar e trazer ao conhecimento desta Casa o que está para acontecer na comunidade de Pinhão. Parece-me que a empresa tem interesse em fazer acordo com o Governo do Esta-

do, entregando lá 2, 3, 4, 5.000 alqueires de terras se preciso for, quitando o débito junto ao Banco do Estado e cedendo parte desta terra que já está na posse, oficializando e escriturando os posseiros, os sem-terra que lá se encontram.

**O Sr. Waldir Rossoni** - Me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Olha Deputado, sou vizinho, Pinhão é vizinho da gloriosa Bituruma, na qual residido e conheço a fundo, a questão sobre a qual V. Exa. se pronuncia.

Não tenha dúvida que o estado das coisas em Pinhão é muito grave! Lá existem os dois lados da questão, essa gravidade da questão da Justiça, da questão das autoridades existe. Mas, de outro lado, também existem pessoas organizando invasões, para destas invasões tirar lucros. Tirar lucros da seguinte maneira: invade-se a terra, vende-se a madeira e aí cria-se o conflito.

Vossa Excelência pode contar com meu apoio dentro do que for possível. Acho que o Secretário de Segurança teria que fazer uma visita a Pinhão, para entender a realidade de lá. Acho que não existe nenhum município, no Paraná, com o problema tão grave quanto Pinhão.

O desmando é total, existe lá um filho, até é difícil falar, mas tem que ser relatado, Dr. Leandro de Freitas, filho do Desembargador, que ele sozinho já é uma quadrilha, e lá, sem sombra de dúvida, o desmando é total.

Tenho certeza que todas as pessoas que obtiveram votos lá o Deputado Anibal Khury, o Deputado Rossoni, o Deputado Toti Colaço, se nós nos aprofundarmos em ter conhecimento com o bom-senso que todos nós temos, eu inclusive já falei com o Deputado Anibal e quero conversar com ele sobre o Município de Pinhão para colocá-lo a par, e tenho certeza absoluta que nós como legisladores, como pessoas que representamos o interior do Paraná não podemos admitir que o município se encontre nas mãos de um cidadão, aonde comanda o Prefeito, os Vereadores, comanda o Delegado de Polícia e faz daquela população refém da sua boa vontade, inclusive no meu pronunciamento na campanha eleitoral o meu discurso foi da seguinte forma: que se esse cidadão usasse a sua inteligência, a sua capacidade para o bem daquela população, sem sombra de dúvida ele seria o Prefeito daquela cidade, mas ele usa a sua inteligência, a sua capacidade para a desonestidade e para corromper toda aquela sociedade.

Aquele município poderia ser declarado em estado de emergência, estado de calamidade pública e acredito sinceramente que o Governo do Estado, o Secretário de Segu-

rança e nós Deputados temos que tomar medidas duras, rápidas para que aquela população se liberte e tenha o direito de conviver em paz naquela sociedade.

**O Sr. Irineu Colombo** - Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado tenho acompanhado a brilhante explanação de Sua Excelência, seria mais brilhante se não fosse trágica. É preocupante quando uma empresa que está lesando os cofres públicos, uma empresa que é citada inclusive na Folha de São Paulo, tenho aqui o recorte em minhas mãos, uma das maiores devedoras do Banco do Brasil, para citar um exemplo apenas, além de todos os processos que correm pela justiça do Paraná, 8.373,00 (oito mil trezentos e setenta e três reais) para o Banco do Brasil.

Há pouco nós ouvimos os Deputados da questão agrícola, preocupação, falta de dinheiro, aí nós temos o claro retrato da situação de quem são os devedores, quem são essas pessoas que conseguem receber um certo amparo a luz da ilegalidade.

Então a grande preocupação é a não existência do Estado em Pinhão. Em Pinhão não existe a presença do Estado regulador, do Estado que vai harmonizar as partes, conhecer a fundo os problemas, o direito da terra é de quem nela mora, trabalha e tira o seu sustento e coloca alimento na boca do povo. Esse é um direito sagrado, as questões têm que ser dirimidas, o Estado tem que estar presente no Pinhão, esse é o grande clamor, e nessa tarde Deputado conseguiu Vossa Excelência fazer com que este Plenário, esta Assembléia reivindicasse a presença do Estado do Paraná lá no Município de Pinhão, esta vai ser uma bandeira que acredito que todos os Deputados vão levar com a gente.

Parabéns e seria brilhante como disse, se não fosse trágico.

**O SR. EMERSON NERONE** - Quero citar um exemplo, Deputado Colombo, o Governador do Espírito Santo recém empossado Cristovam Buarque tem no seu plano de governo e declarou ainda ontem que ele vai tirar as crianças das ruas e os pais que mantiverem suas crianças em casa apresentando mensalmente ou trimestralmente os boletins na Secretaria do Estado, cada pai receberá um salário mínimo por mês de compensação por retirar uma criança da rua ou por não deixar a sua criança na rua para pedir, cuidar de carro, etc.

Senhores, parece demagógica essa proposta do Governo Cristovam Buarque, se cobrar da Indústria Zattar só o que ela deve ao Banco do Brasil sete mil pais receberiam durante um ano um salário mínimo



para manter as suas crianças em casa, recebendo para estudar um salário mínimo, só a dívida do Banco do Brasil. Demagógico é esse País de balela que vê seu cidadão morrer constantemente, e eu quero aqui de novo frisar, parabenizar a Rádio Clube pelo pronunciamento que trouxe de um dos agricultores quando o repórter perguntou ao pai dessa criança que foi internada, perguntou: "Você tem medo de morrer?" e antes de acabar a resposta, ele disse: "Tenho, porque sei que justiça em Pinhão..." o Deputado Rossoni colocou com muita propriedade. "...Justiça em Pinhão chama-se Zattar e leia-se por Zattar." Todos os amigos que ele tinha no governo passado e que ele tem nesse governo.

Tinha, Deputado Romanelli, eu sou obrigado a lhe contar que essa situação foi muito e muito... No ano passado, uma criança estava dentro da casa de um posseiro e lá, para melhorar a história, são 55 mil alqueires que o Zattar reivindica para si. Talvez 25 a 35 mil desses alqueires pertençam de fato ao Zattar, mas o resto é terra grilhada, é terra em que os posseiros foram expulsos a bala e a história de Pinhão conta isso e todo morador de Pinhão sabe essa história.

Essa guarda vem sendo mantida desde o ano passado com um armamento pesadíssimo. A Secretaria de Segurança era conivente, porque se não tem condições de fiscalizar, não pode dar alvará para a guarda funcionar. Pelo contrário, se ela tivesse condições de fiscalizar, ela teria que por esses homens que fiscalizassem lá para manter a guarda. Segurança, ao menos, é dever do Estado. Isso não dá para privatizar.

No ano passado, num dos tiroteios que eles dão para espantar posseiros, uma criança dormia dentro da casa de um desses posseiros quando a guarda do Zattar foi lá, pôs fogo e essa criança morreu incinerada. No mínimo, Senhores, a cassação da guarda, na sequência, não dado a Juíza de Pinhão pediu a cassação da guarda. Foi cassada. O Senhor Zattar veio com a sua influência no Governo, conseguiu a revogação através de uma liminar e a guarda voltou a funcionar. Pior do que isso. A ação não foi julgada. A liminar cessou, o Zattar veio e pediu outra vez a abertura da guarda e foi concedida. A guarda foi liberada por esse Governo de novo, até o final do ano, com equipamentos pesadíssimos, sendo que eles poderiam usar se assim entendesse o Estado que ele devesse, no máximo, calibre 38.

Gostaria de dizer que a situação é tão caótica, tão triste, que falar que existem interesses políticos lá - entendi a colocação do Deputado Rossoni, e não é criticando a sua colocação no contexto, mas dizer que existe algum interesse político,

se o Secretário de Segurança quis dizer interesses políticos por parte do PT ou de quem está dando encaminhamento ou se ele quer dizer, por parte do Deputado Toti Colação, ou por parte do Deputado Rossoni, que é bom conhecedor do assunto dizer, gostaria que o Secretário de Segurança do Governo Jaime Lerner, Senhor Cândido, fosse a Pinhão, com aquilo que o Zattar tem feito nos últimos 25 anos. Há 25 anos as Indústrias Zattar pararam de dar emprego a não ser para os donos de funerária, através de uma criação indiscriminada de viúvas nos últimos 25 anos e elas somadas, são muitas.

Tinha um relato das mortes, mas por respeito às pessoas e por achar que não caberia aqui citar o nome dessas pessoas, mas eu tenho em meu gabinete o relato com o nome de uma por uma dessas pessoas, entre outras, por exemplo, uma criança que há dois anos atrás foi baleada no pé dentro da escola por pistoleiros do Zattar. Aí sabe o que acontece? O Zattar pega os pistoleiros, manda de avião para o Paraguai e esse pistoleiro não aparece e a ação na justiça não corre e ninguém é punido.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Nerone, acompanhamos o seu pronunciamento e queremos nos somar às suas preocupações. Evidentemente que ninguém aqui é favorável à violência, ninguém é favorável ao uso de armas, especialmente contra pessoas inocentes, porém há que se fazer alguns esclarecimentos. Sabe Vossa Excelência que está mais na região, conhece o Deputado Valdir Rossoni que também é da região, que há, ainda, uma questão judicial com relação àquelas áreas.

Segundo as informações que tenho ninguém é dono daquelas áreas, porque está tudo na Justiça. Têm ações dos posseiros, têm ações do proprietário da área e que justiça, até hoje, ainda não definiu nada. Portanto é evidente que tem que haver um compasso de espera nessa solução da questão da posse da terra.

Agora o que tem que ficar claro aqui é que o Governo em momento algum está omissa à situação. Há os representantes da Secretaria de Segurança Pública locais que estão acompanhando. Ainda hoje, pela manhã, na presença do Deputado Anibal Khury e na presença do Deputado Valdir Rossoni conversamos com o Secretário de Segurança Pública e ele, imediatamente, determinou um delegado especial para área para acompanhar toda esta situação evidentemente com todos os cuidados que se façam necessários nesse momento.

Por outro lado me informa o Secretário



de que eu aqui quero deixar bem claro: não está o Secretário dizendo que é favorável à ação dos empregados, dos pistoleiros como quer queira que diga Vossa Excelência da firma Zattar. Mas, me informa ele que quem estiver usando arma naquela região deve estar devidamente habilitado como qualquer pessoa que possui arma, tem que ter o porte de arma. Se estiver ocorrendo o uso de armas ilegais, evidentemente com a presença agora do delegado especial, isso vai ser comprovado. Há preocupação do Governo sim, há preocupação do Secretário de Segurança Pública que nesta hora não está preocupado com a questão política, mas está preocupado - como sempre esteve - com a segurança da população do Paraná.

Não há nenhum interesse político do Governo do Estado em não tomar ação nenhuma. Está tomando as ações, o delegado especial já foi designado e tenho certeza que nos próximos dias teremos uma solução. Agora, permanecerá, não se sabe por quanto tempo ainda essa questão das terras. A quem pertence hoje as terras: à família Zattar ou aos posseiros. Esta é a grande dificuldade.

O SR. EMERSON NERONE - Deputado Algaci Túlio faço minhas as palavras do Deputado Toti Colaço. Não entramos aqui no mérito de quem tem direito ou não à posse. Aquela usa tanto armamento pesado e isso é tão público e notório no Pinhão que qualquer criancinha, por melhor que seja no Pinhão, sabe dizer da guarda. A guarda particular uma vez formada só pode usar armas de calibre até 38. Lá existem 40 homens. Ali na Secretaria de Estado e da Polícia Civil estão registrados 16 homens. Todo mundo em Pinhão sabe que o Zattar tem 40 homens comandados, com armamentos pesadíssimos, de altíssimo calibre! O TAP tem um levantamento muito claro de quem tem direito e de quem não tem direito.

Nenhum aventureiro vai se apossar ou vai tomar conta de terras de agora em diante, lá no Pinhão, porque o IAP tem esse levantamento muito claro: são 800 posseiros devidamente habilitados e o IAP controla. Com isso e com uma segurança do Estado do Paraná resolveríamos esse problema. E quero vir a esta tribuna para parabenizar o Governo do Estado daqui alguns dias: se o alvará da guarda Zattar for cassado e o governo colocar policiais que, de fato, queiram resolver o problema de segurança lá. A juíza de Pinhão pediu a cassação do alvará da guarda do Zattar. Ela que mora em Pinhão, que conhece o problema e algum "burocrata" do Estado cancelou essa liminar e, por sua vez, a Secretaria de Segurança renovou, não obstante o conhecimento de causa da juíza.

Muito obrigado.

O SR.. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. PT com a palavra. Concedo a palavra ao Deputado Emerson Nerone no Horário da Liderança do PT.

O SR. EMERSON NERONE - ... a Guarda Municipal teve uma liminar cassada, a juíza pediu a cassação, por uma liminar a Guarda pode voltar a operar até o final do ano. No dia 16 de fevereiro o Governo renovou o alvará da guarda Zattar por mais um ano.

O Sr. Dr. Rosinha - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Nerone, a questão de Pinhão foi trazida para esta Casa na legislatura passada, na antecessora, não me lembro se foi trazida alguma coisa para cá. Foi feito um relatório de uma comissão, da qual a ex-Deputada e atual vice-Governadora estava, presentes o Deputado Mário Bezerra e Ovídio Constantino. Toda essa questão de violência persiste inalterada nos últimos anos, pelo menos enquanto estamos aqui. Se o Governo anterior deu autorização para constituir a Guarda, o atual renovou essa autorização. Quer dizer, ambos têm responsabilidade sobre a violência que lá está ocorrendo.

Sobre a questão de Promotores, sabemos que no ano passado foi um Promotor novo para lá. O Promotor não durou dois meses, por pressões de todos os lados esse Promotor foi retirado. Delegados que querem agir imparcialmente são afastados, isso independente de quem seja o Governador, tem ocorrido nos últimos anos.

Portanto, acho que é o momento agora no chamado "Paraná Novos Caminhos", traçar novos caminhos também para o Pinhão.

E que a eficiência que a Polícia teve em Marechal Cândido Rondon tenha em Pinhão, porque não dá para continuar dessa maneira. Não dá para adotar pesos e medidas diferentes. Se é alguém que tem dinheiro correndo risco de vida, age-se imediatamente; se é um coitado, um pobre, um trabalhador, vai protelando-se anos a fio, e assassinando adultos e crianças.

A gente lembra aqui quando foi baleada essa criança dentro da escola, quando foi baleada outra criança também dentro da sua própria casa, que Vossa Excelência se referiu, e a Secretaria de Segurança do Estado do Governo anterior também não agiu naquele momento, porque nada foi feito. Quando foi lá para desarmar, foi lá e tirou faca dos trabalhadores, enquanto a guarda continuou com metralhadoras. Desde o ano passado isso foi continuando.

Está na hora de ter decência nessas questões e agir com firmeza, e com justiça principalmente, porque aqueles trabalhado-

res não merecem viver como estão vivendo, sobre a tutela, sobre o tacão das armas dos Zattar.

O SR. EMERSON NERONE - A disputa do Pinhão se dá entre 800 posseiros e a indústria Zattar. Dos oitocentos posseiros, o IAPE tem o levantamento de um por um. 30% moram lá há mais de 20 anos com a sua família, 40% moram lá há mais de 5 anos com a sua família, e 30% restante moram há mais de 2 anos.

Não existem invasões novas, não existe posseiro novo no Pinhão, aliás, ninguém tem coragem de ser posseiro no Pinhão, a não ser que tenha uma história lá já e não tenha mais nada para ter no mundo, fica lá mesmo. Este é o depoimento dos próprios posseiros.

Esses 30% que tem menos de cinco anos, na sua grande maioria, o IAPE confirmou através desse levantamento, levantamento muito sério feito, que são os próprios filhos dos agricultores que foram para as favelas, ou foram tentar uma sorte na cidade grande, e não conseguindo, preferiram se submeter à violência daquela terra do que passar fome.

Muito obrigado, Senhor Presidente, pela prorrogação do horário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSC com a palavra. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores e Senhora Deputada.

Quem cala sobre o seu corpo, consente na sua morte, e eu não sou homem de permanecer calado. Por isso, volto a esta tribuna para abordar, agora de forma mais pausada, um tema de bastante importância para esta Casa, que é o relacionamento deste Parlamento com a imprensa do Paraná. E neste aspecto, tentar por fim a um episódio que considero por demais desrespeitoso, ocorrido esta semana, e que macula sobremaneira a imagem deste Parlamento. Trata-se da publicação de matéria injuriosa, de autoria da jornalista Roseli Valério, veiculada pelo Jornal do Estado, no último sábado, dia 13.

Senhor Presidente,

Homem de rádio que sou, tenho pela imprensa do meu Estado - e em geral, o maior respeito. Tanto que, entre os trabalhos que apresentei até o momento, o de maior destaque é o projeto de lei que institui o prêmio de Jornalismo Assembléia do Estado do Paraná visando premiar os melhores trabalhos escritos sobre o Dia Internacional da Mulher, a ser outorgado pela Assembléia, todos os anos, por ocasião do dia 8 de março. A recíproca, porém, não tem sido verdadeira. Ironia do destino, é uma mulher, a autora da matéria que me traz a

esta tribuna. Outras tem sido publicadas, mas tenho sido paciente em relação a elas, muitas vezes em forma de ... e chacotas, o que nos entristece sobremaneira. Mas agora, Senhor Presidente, acho que ultrapassaram as raias do meu limite.

Foi injusta e maldosa, a jornalista Roseli Valério, ao afirmar de forma até leviana que: "Maioria dos novos Deputados decepçiona os eleitores na Assembléia Legislativa". Foi injusta comigo e com esta Casa, porque atingiu Parlamentares que têm buscado trabalhar com a maior seriedade, cada qual ao seu estilo, e alguns deles com um passado bastante honrado. Foi injusta e maldosa, porque não buscou sequer referencial que respaldasse a sua afirmativa. Nenhum instituto de pesquisa - Data Folha, IBOPE, Vox Populi ou outro - foi consultado para saber se os eleitores estão decepçionados. Nenhuma pesquisa de opinião pública foi realizada em Ponta Grossa ou no Paraná, para que houvesse tal afirmação. A jornalista baseia-se - apenas e tão somente - na opinião de "um parlamentar veterano", entre aspas, que escondido ou no anonimato, trama na calada - e às escuras - contra seus próprios companheiros. Ora, jovem jornalista, do traidor nada se aproveita, nem mesmo a traição. Do traidor, apenas sobra o vergonhoso gesto.

Por isso, Senhor Presidente, trago aqui o meu grito de alerta. Se cabe à imprensa cobrar desta Casa - e de seus Parlamentares - mais ética na política, cumpra a esta casa, cobrar dos jornalistas que atuam em seu comitê de imprensa, mais ética em seu trabalho. Que decline a jovem jornalista, do nome de seu informante. Se há um Judas entre nós, é preciso que se saiba, porque esta Casa foi colocada sob suspeição, quando um Parlamentar anônimo ataca de maneira vil e maldosa contra seus próprios Pares. Quem dentre nós, foi para a imprensa denegrir a imagem dos colegas e deste Parlamento?

Ademais, Senhor Presidente e nobres colegas, falta com a verdade a jornalista Roseli Valério, porque não buscou na fonte a verdade dos fatos. Afirmar que o Deputado Nelson Tureck não trabalha, é no mínimo, desconhecer esta Casa. Quinhentos ofícios, três projetos de lei, e mais de 50 requerimentos, em cem dias de mandato, é sim, algo significativo. Gostaria de saber se o "veterano parlamentar anônimo" desenvolveu trabalho similar, além de suas informações caluniosas. Que essa Presidência abra os arquivos desta Casa, para que a jovem jornalista que, parece também principiante, em virtude de sua jovialidade, tenha facilitado o seu trabalho.

Foi injusta e maldosa, a jovem jornalista, afirmando de forma leviana, que lideranças como Angelo Vanhoni, do PT; Beto

Richa, do PSDB; e Eduardo Trevisan, do PTB, nada significam, nesta renovação extraordinária que o povo do Paraná decidiu fazer com essa legislatura.

Ora, Senhor Presidente! É preciso que se tenha o mínimo de coerência para que se evite esse tipo de acertiva. Não quero aqui me arvorar advogado de ninguém, até porque são jovens lideranças das mais expressivas do meu Estado, e com toda a certeza, fariam bem melhor e com melhores argumentações. Mas, dizer que Vanhoni decepçiona, é desconhecer o seu passado, de líder sindical e atuante no movimento popular.

Ninguém chega a presidência do seu sindicato por acaso. Ninguém é eleito vereador, por duas vezes, em Curitiba, sem mostrar trabalho, e quanto ao respeito que o Líder do PT tem por Vossa Excelência, Senhor Presidente, quero acreditar que a recíproca seja também sincera.

Levantar suspeitas sem investigação sobre a missão parlamentar de Eduardo Trevisan, que foi à Europa representando este Parlamento, participar de importantes compromissos, é no mínimo, levandade. O jovem Parlamentar - apesar de muito jovem -, já traz consigo um passado que orgulharia qualquer "veterano parlamentar anônimo". Não como, informante de fofocas, mas como prefeito de sua cidade, Cornélio Procópio, que conseguiu mercê de uma extraordinária administração - eleger, nada menos que o seu próprio vice para sucedê-lo.

Ao agredir de forma injuriosa o Deputado Beto Richa, a jornalista Roseli Valério, comete um verdadeiro sacrilégio contra o passado político dos mais vigorosos de nossa recente história. Atinge a figura de um baluarte de nossa história, que é, nada menos que o ex-Senador José Richa, ex-Prefeito de Londrina, Deputado, Senador e honrado Governador do Paraná. Portanto, uma página importante, que seu jornal, o Jornal do Estado, deveria respeitar.

Quanto a mim, Senhor Presidente, nada peço, nem nada quero. Quero apenas desejar a jovem jornalista Roseli Valério, que tenha muito sucesso em sua promissora carreira, e que busque no exemplo de veteranos - porém éticos - jornalistas, espelhar-se, para não ter dissabores, como este de estar nesta tribuna agora. Espero, sinceramente - porque não guardo nenhum rancor -, voltar um dia a esta tribuna para tornar a abordar algo sobre essa ou outra jornalista, mas que seja - quem sabe? - para outorgar-lhe o Prêmio de Jornalismo Assembléia Legislativa, com o qual pretendo demonstrar todo o respeito, e o apreço que tenho pelos colegas de imprensa.

Para encerrar, Senhor Presidente, gostaria que fosse encaminhado ao Jornal do Estado, em nome desta Casa, com consenti-

mento de todos os Parlamentares citados na referida matéria, uma nota de desagravo, para que no futuro, episódios dessa natureza sejam evitados. E que, com a experiência e sabedoria que Vossa Excelência sempre demonstrou, seja solicitado ao Comitê de Imprensa da Assembléia, maior zelo na condução dos trabalhos.

Concedo aparte ao Deputado Trevisan.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tempo esgotado.

Concedo tempo do horário do PPR.

O Sr. Eduardo Trevisan - Deputado Jocelito. Acompanho o seu discurso e o seu desabafo e vejo que Vossa Excelência o faz com muita sinceridade e até nos enseja uma oportunidade de discutir o papel da imprensa na nossa sociedade. Acho a imprensa desempenhadora de um papel fundamental na nossa vida. Acredito que sem a imprensa, estaríamos ainda no Brasil, vivendo períodos negros de ditadura militar, de economia fechada, um país atrasado. Tenho profundo apreço e respeito e acho que a imprensa brasileira é altamente investigativa, competente, que vem se modernizando rapidamente.

Temos hoje no Brasil, no Paraná e até em Curitiba, jornais que se assemelham aos mais modernos e também, profissionais que se equiparam aos mais competentes do mundo. Acho que a nossa Assembléia é servida por excelentes profissionais.

Já fui prefeito e já fui muito elogiado e também "malhado" pela imprensa, e acho que isso me fez ficar um pouco calejado. Então dessa forma, essa reportagem não me afetou. Poderia ter sido muito mais grave e eu não teria me afetado. É lógico que ele serve de um alerta. Agora, concordo profundamente com V. Exa., que especificamente esta reportagem, à qual V. Exa. se reporta, foi injusta conosco, com os novos Deputados que estão aqui iniciando o nosso trabalho, com toda vontade de mostrar ao Paraná o nosso valor e darmos a nossa contribuição para que esse Estado melhore, se desenvolva, num debate elevado aqui, de idéias. Então V. Exa. está de parabéns quando aborda a questão específica dessa reportagem, injusta, mas temos que cada vez mais, exaltar o papel da imprensa, uma imprensa livre, independente, não atrelada aos poderes, porque sem ela, não viveríamos e estaríamos vivendo numa sociedade muito pior.

Faço uma ressalva. A minha irmã chama-se Cláudia Trevisan, é jornalista do Jornal Folha de São Paulo, no caderno de política e me orgulho de ter uma irmã jornalista.

O SR. JOCELITO CANTO - Tem uma frase que é muito bonita, Deputado Trevisan, que diz que calar-se, quando deveria protestar, transforma homens em covardes. Então, temos que falar, quando alguém nos pega.

Gostaria, ao encerrar as minhas palavras, de dizer apenas uma palavra: voltar aos tempos bíblicos, para relembrar a saudade que dá do Judas, não é? Pelo menos Judas beijou Jesus em público e todos nós sabemos que o Judas era o Judas.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ouvi atentamente o Deputado Nerone e o Deputado Toti Colaço, e Deputado Valdir Rossoni sobre as Indústrias João José Zattar Sociedade Anônima. O que traz aqui o Jornal Folha de São Paulo é de fundamental importância, porque cita aqui o calote no Banco do Brasil, mas eu iria mais além. Essa Indústria deu um grande calote no Governo do Paraná. Quem dá calote, para mim, é ladrão e lugar de ladrão é na cadeia.

O Grupo Atala deu um grande golpe no Governo do Paraná. Também não pagou. Com o que deve a família Zattar, o que deve o Grupo Atala - e é apenas uma referência Deputado Nerone, - daria para construirmos creches, daria para fazermos uma reforma agrária, daria para fazer um plano de saúde no Paraná. Daria para o Governador Jaime Lerner aplicar recursos na área de segurança, daria para aplicar os recursos na área da habitação. Enquanto estes ladrões do colarinho branco continuarem sonhando, roubando, metendo a mão no dinheiro do Estado - é impunidade! Um País onde há impunidade colarinho branco não vai para a cadeia.

Diz um ditado: "Pobre não ganha demanda e o rico não vai pra cadeia". Publica-se, os jornais publicaram - Folha de São Paulo, Folha de Londrina, O Estado do Paraná, Gazeta do Povo - todos os grandes jornais do meu Estado publicam os grandes calotes. Mas eles não criam vergonha na cara Deputado Nerone. Eles não criam vergonha na cara, eles são verdadeiros milionários do dinheiro público do Paraná. São ladrões, precisavam lavar a cara e tirar a máscara. Tem que meter na cadeia. Temos que reformular o Código Penal Brasileiro em Brasília. O Código Penal Brasileiro eu nem havia nascido em 1945, estou com 50 anos de idade! O Código Penal Brasileiro é um código arcaico, um código acabado, rasgado e que dá ao ladrão direitos. Ele dá mais direitos ao ladrão do que à violência praticada à família brasi-

leira.

Ontem o meu bip na TV Independência, tocou. E a minha equipe foi com meu filho ao local, no centro da capital do Estado, na Rua João Negrão. O meu filho me ligou: "Pai, corre aqui, vem aqui ver, o Senhor não vai acreditar!" Eu fui. Quando cheguei lá, vi uma lanchonete bonita, linda, uma das grandes pastelarias da capital do Paraná. Os dois meninos vieram da China, não entraram aqui clandestinamente, não entraram roubando, sonhando não. Entraram certinho, trabalharam quatro anos com o marido da prima e trabalharam. Mas trabalharam! Vocês sabem que essa raça é de trabalhar: levantavam 6:00 horas da manhã e fechavam a lanchonete às 2:00 horas da madrugada.

Anteontem às 2:00 horas da manhã eles estavam lavando, - os dois irmãos, já com passagem comprada, um deles, para trazer a família que mora na China para morar no Paraná com passaporte, com tudo liberado pela Justiça Federal. Os dois trabalhando, - Deputado Tavares, - os dois limpando para fechar as portas e irem embora para casa. Sabe o que aconteceu, Deputado Tavares? Entraram lá dentro, roubaram o caixa, todo o dinheiro, pegaram o mais novo e deram uma facada no coração e um tiro na cabeça. Pegaram o mais velho, deram mais uma facada no coração e um tiro na cabeça.

Aí pegaram os corpos, arrastaram e colocaram no chão. Roubaram todo o caixa e foram embora. Sei que a polícia, Deputado Tavares, eu que sou carrapicho de Polícia, como o Chab é carrapicho, nós dois somos carrapicho de Polícia, porque para ser carrapicho de Polícia tem que ter uma faculdade, é o plantão de uma Delegacia de Polícia, porque o plantão de uma Delegacia de Polícia é palco de dramas e comédias.

Deputado Tavares, eu chorei de raiva, de ódio, de ver a impunidade que tem neste País. Mataram para roubar. Lá em Pinhão, como disse o Deputado Nerone, violentam os direitos dos menos favorecidos da sorte porque essa família é milionária, ela pode montar uma polícia, entrar, atirar, dizer não eu mando, eu faço. É a impunidade, temos que mudar a Constituição brasileira, a família brasileira está cansada de ver a constituição rasgada nas nossas caras.

E o meu filho me dizia ontem: "Pai, eles são piores do que os sequestradores de Mal. Cândido Rondon." Na hora me deu medo Deputado Elío que eu liguei para a minha mulher e disse: "Fecha o apartamento." Porque nós temos psicopatas a solta, porque eles podem entrar na sua casa Deputado Anibal. Lembra do nosso saudoso João Mansur, entraram na casa do Deputado João Mansur, renderam a família inteira, e o Mansur matou todo mundo, todo mundo com a boca cheia de formiga, porque para mim,

bandido bom é bandido morto. Quem tem que viver neste País é a família brasileira. Por isso, a minha mágoa é a impunidade que tem nessa constituição brasileira, se dá mais direito ao bandido do que à minha família, do que ao meu neto que nasceu a semana passada, é um curitibano, um coxa branca que nasceu na capital do Estado, mais um neto, tenho três.

Eles matam, violentam, agredem as nossas casas, rasgam a constituição no ventre da mãe negra, ou branca, e ninguém fala absolutamente nada. Aí vai para o caixão, é a coisa mais linda do mundo, deitando o caixão, enche o nariz de algodão, fica lá, as velas, todo mundo chorando: "Era bom, era lindo, bom, meu Deus, Ave Maria cheia de graça." Aquela ladainha, aí paga para enterrar, para nascer, e vai... tudo bem... e o bandido lá na penitenciária, café da manhã, almoço, café da tarde e o jantar! A televisão para ver o jogo do Corinthians e do Paraná, ou para ver o Coxa bater no Rio Branco, ou para ver o Matsubara ganhar de 3x1 do Paraná, senão não tinha graça o campeonato também e a família brasileira não tem nada!

Enquanto eles comem o povo morre. Como disse o Deputado Belinati, 40.000.000 morrem de fome no País! 40.000.000 de pessoas, Deputado Nerone, poderiam comer!

Temos milhões... isso daí eu fico desgraçado, porque vi o Collor na televisão num monte de arroz, todo mundo na campanha aparece na frente de arroz, de feijão, de milho e diz: "Olha o Governo, aí meu Deus, aí meu Pai, o desperdício!" Tudo continua a mesma coisa, a mesma ladainha!

Agora, todos os jornais publicaram, o Betinho, lindo o Betinho, faz uma campanha, também não vi nada no Paraná! 40.000.000 poderiam comer, porque temos toneladas de alimentos nos armazéns do Governo apodrecendo.

E eu nasci no Brasil, é lamentável! Mas amo este País e vamos endireitar este País, no voto ou na bala!

Acredite no Alborghetti.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Alborghetti, só para completar o Sr. Miguel Zattar é cidadão benemérito da Cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Romanelli, PMDB.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois de ouvirmos um discurso igual ao do Deputado Alborghetti é difícil ocupar esta tribuna, mas gostaria de abordar três temas, que são da maior importância e que estão presentes na alma de cada um dos

Senhores Deputados e da Senhora Deputada Ironi Pugliesi.

O primeiro tema, são as denúncias graves que fez o Deputado Nerone. Todos nós conhecemos o famoso caso da madeireira Zattar, e chegou a hora desta Assembléia, utilizando os instrumentos que ela possui, de acordo com o artigo 35 do nosso Regimento Interno, de através de um acordo de Líderes, formamos aqui uma Comissão Especial para investigar os desmandos que estão ocorrendo em Pinhão. É o instrumento que esta Casa apoia, através de uma Comissão, e vou, tão logo possa, vou encaminhar à Mesa, um requerimento, se possível com o apoio de todas as Lideranças.

Por outro lado, recebemos também nesta Casa uma Comissão de funcionários da SEAB, liderados pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná, reivindicando para os técnicos, os profissionais que trabalham na área da agricultura um salário digno para que eles possam desenvolver um trabalho que esteja na altura da agricultura paranaense que é moderna e que atende a mais de 470 mil agricultores no sistema da agricultura do Paraná. Um salário que possa ser condizente com profissionais que durante longos anos se prepararam, se capacitaram, cursaram escolas agrícolas e fundamentalmente as faculdades de agronomia, de veterinária, de zootecnia, dos cursos enfim que são afeitos a essa área tão importante da economia paranaense, responsável que é por mais de 50% dos empregos que são gerados nas terras paranaenses.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é da maior importância que o Governo, Deputado Algaci Túlio, o Governo, Deputado Hermas Brandão que é colega nosso aqui nessa Casa acima das paixões partidárias possamos estabelecer um canal de negociação com os servidores que depositaram uma esperança muito grande na eleição do Governador Lerner para resgatar o seu poder de compra para ter uma vida digna como trabalhador que é e que depende fundamentalmente do fruto do seu trabalho para poder dar dignidade de vida para sua família.

Por isso é que encareço a V. Exa. que converse com o Deputado Hermas Brandão nosso Secretário da Agricultura, o Governador Mário Pereira encaminhou no final do ano nesta Casa uma Mensagem que tentava resgatar o salário desse servidor que é um servidor que tem qualificação e que merece ter um salário digno para bem conduzir a sua vida.

Concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Romanelli, V. Exa. fala em nome da Bancada do PMDB por esta razão até seria dispensado o



nosso aparte porque V. Exa. fala também em nosso nome. Mas não poderíamos deixar de neste momento manifestar a nossa solidariedade e acima de tudo o nosso apoio ao movimento desenvolvido pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná porque conhecemos de perto e com bastante profundidade a questão que se discute nesse momento que diz respeito aos salários dos funcionários de nível superior daquela Secretaria e que não é apenas da Secretaria da Agricultura mas também de outras Secretarias, em especial o pessoal da Secretaria dos Transportes ligado ao Departamento Estadual de Estrada e Rodagem - DER.

Tivemos oportunidade de no ano passado quando o Dr. José Carlos Tiburcio era o Secretário da Agricultura de por mais de uma oportunidade estarmos reunidos com ele discutindo o envio de uma proposta de reposição salarial, a implantação de um plano de cargos e salários para o pessoal de nível superior da Secretaria da Agricultura.

Quando estivemos a frente do Governo do Paraná por sete dias em outubro do ano passado tivemos uma reunião com o Dr. Tiburcio com a presença do Secretário da Administração da época o Dr. Gilberto Gliber, e naquela ocasião os funcionários, companheiros, nossos da Secretaria da Agricultura, aguardavam que nós, na condição de servidor daquela Pasta, adotássemos uma posição, enviássemos à Assembléia, uma Mensagem instituindo tanto esse plano de cargos e salários e principalmente, a reposição salarial. Conversando na ocasião, com o Secretário Gilberto e com o Governador Mário Pereira que se encontravam nos Estados Unidos, o Governador nos assegurou que no seu retorno iria promover o envio à Assembléia de uma Mensagem dando aos servidores de nível superior, uma melhoria salarial através de uma tabela que finalmente foi elaborada e enviada a esta Casa e nós, que havíamos assumido, com o Secretário Tiburcio, com os sindicatos, com os funcionários da Secretaria, um compromisso de lutarmos pela aprovação daquela proposta, tudo fizemos para que ela fosse aprovada, mas infelizmente, no momento da votação, um novo posicionamento se adotou na Assembléia Legislativa e acabou por prevalecer a vontade da maioria dos Deputados naquele momento e se aprovou um aumento linear, deixando-se de lado, na nossa opinião, um grande avanço, uma grande conquista dos funcionários de nível superior, tanto da Secretaria da Agricultura, como àqueles do DER e de outros segmentos.

Naquela oportunidade, se sinalizava de que a votação da proposta linear em nada iria prejudicar a vida salarial desses servidores, porque já no início desse ano uma nova proposta deveria vir à Assembléia

Legislativa para corrigir essas distorções. Infelizmente até agora, isso não aconteceu. Foi lamentável que não tivéssemos aprovado aquela proposta, aquela tabela que concedia reajustes na faixa de 60% aos servidores de nível superior e é lamentável que até hoje não tenhamos tido a oportunidade de corrigir essa distorção. Já conversamos com o Secretário Hermas Brandão que está solidário com esta necessidade de que deveremos corrigir essa distorção salarial.

Esperamos que o Governador Jaime Lerner, o Secretário Reinhold Sthephanes Jr. também possam se sensibilizar e atribuir aos servidores de nível superior essa melhoria salarial, instituir esse plano de cargos e salários, quem sabe até criar um quadro próprio para os servidores da Secretaria da Agricultura, para que possam eles serem tratados de forma diferenciada, porque diferenciado é o seu trabalho em relação aos outros setores de Governo.

Portanto, nós em contato que já tivemos hoje com os funcionários da Secretaria, por ocasião da reunião do Bloco Agropecuário, já colocamos esse assunto, abrimos espaço a eles para que se manifestassem, já estamos elaborando uma correspondência ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário Reynold Sthephanes Jr., pedindo a eles que se sensibilizem e providenciem esse plano de cargos e salários, que providenciem uma Mensagem à Assembléia, corrigindo as distorções e dando aquilo que já era uma conquista assegurada no final do Governo Mário Pereira.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Agradeço o seu pronunciamento que é da maior importância. Vossa Excelência que é um profundo conhecedor desse sistema e tenho certeza que o Governo saberá iniciar o processo de diálogo com os servidores da SEAG, porque o movimento aponta uma paralisação para os dias 17, 18 e 19 de maio e temos a expectativa que o Governo possa negociar.

O Sr. Orlando Pessuti - Mais uma consideração, Deputado.

Veja o seguinte: precisamos, enquanto Estado do Paraná e enquanto Governo, atentar realmente para essas reivindicações e chegamos a um ponto de entendimento com os servidores da Secretaria da Agricultura, até para que não tenhamos prejuízos maiores do que aqueles que já estamos tendo. Todos nós sabemos que por uma fatalidade, o Paraná hoje está de novo enfrentando o problema da febre aftosa, que não é oriunda do nosso Estado. Ela foi trazida de outros Estados para cá.

Estamos enfrentando um posicionamento, que não concordamos com ele em hipótese



alguma, da comunidade européia, com relação à importação de frango do Paraná para aquele continente e para que isso tudo possa ser resolvido e solucionado a bom termo e o Paraná não venha a ter prejuízos econômicos terríveis, dependemos do trabalho de fiscalização, do combate a essas enfermidades, através dos médicos veterinários e demais técnicos ligados ao setor agrícola do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Gostaria de concluir esse meu pronunciamento em nome da liderança do PMDB, fazendo um apelo aos Senhores Deputados. Hoje votaremos em redação final, o projeto que fortalece o nosso banco público.

Deputado Vanhoni, Vossa Excelência que tem sido lutador a favor das causas do nosso BANESTADO, todos aqueles Deputados que já votaram, e incluímos aqui nesse nosso projeto, pela votação, a emenda que faz a ressalva para que os bancos públicos possam também, eventualmente, se for interesse do nosso banco também, arrecadar impostos. Por isso, queria pedir a Vossa Excelência que aqui ouvimos um pronunciamento - de vários, aliás, sobre o que o Banco do Brasil, que tem na verdade procurado Deputados em gabinete e feito ameaças sobre a sua ação no Paraná e vai aos jornais dizer que o Paraná vai ser retaliado. Ora, retaliado seremos nós, se o Banco do Brasil continuar a oferecer crédito agrícola aos tubarões deste país aqui, quando falta crédito agrícola, que por obrigação constitucional o Banco do Brasil tem que ofertar ao pequeno e médio agricultor paranaense.

O Banco do Brasil que crie vergonha e que faça, na verdade, justiça para os agricultores paranaenses e encontrem mecanismos de financiar nossa agricultura e que não venham ameaçar o Governo do Paraná, a Assembléia Legislativa com retalições, quando queremos fortalecer o verdadeiro banco paranaense que é o BANESTADO.

O Governo de Santa Catarina teve a coragem de implantar uma lei exatamente igual a que propusemos aqui nesta Casa. Estão os governos do Mato Grosso do Sul e do Tocantins, que fizeram convênio com uma instituição privada para viabilizar a sua ação eficaz.

Por isso o nosso banco, o BANESTADO, que é um banco público de todos os paranaenses, é nosso e dos nossos filhos, ele tem que ser prestigiado e privilegiado. Porque tenho certeza que o Governador Lerner não há de faltar e vai sancionar este projeto e vai ser uma alavanca importante para o comércio, para a indústria e, fundamentalmente, para a agricultura paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio, no Horário da Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero pegar pelo final do pronunciamento do Deputado Romanelli para deixar bem claro que o Líder do Governo seria idiota se tivesse uma posição contrária aos interesses do Estado do Paraná, do nosso Banco do Estado do Paraná. Que não foi banco do PMDB, não foi banco do PP e nem é banco do PDT e nem dos partidos coligados. É o Banco do Paraná, é o banco que queremos ver crescer cada vez mais e que tem uma saúde financeira extraordinária para que o Governo do Estado possa, em consequência disso, poder pagar melhor os seus funcionários, possa investir mais na área da agricultura e outros setores que dizem respeito ao Estado do Paraná.

Mas, este Deputado, quando levantou a questão, levantou a questão baseado em dados que, na sequência, na continuação quando o projeto, se, porventura, vier a ser vetado pelo Governador - não estou afirmando que o Governador vai vetar o projeto, mas estou alertando o Governador bem como estou alertando, também, o Secretário da Fazenda, para os perigos da sanção desta lei. Até me coloco nas minhas limitações para dizer que não vou discutir, tecnicamente, fazendo minhas colocações. Mas sim, dados que me são fornecidos pela Secretaria da Fazenda.

Tenho muito receio, Deputado Romanelli, da sanção desse projeto. O que ele poderá trazer na frente. Não é questão de fila que vai se fazer no Banco do Estado e que o BANESTADO não vai ter agência para dar atendimento. Não é essa a questão. A questão é muito maior ainda e por isso, reserve-me na condição de líder, de fazer chegar ao Governador informações que possam deixá-lo à vontade na hora de sancionar ou vetar este ou aquele projeto. Não posso me omitir de informações que tenho a respeito de determinado projeto que possa trazer problemas lá na frente para o Governador do Estado do Paraná.

Mas, como o projeto hoje será votado em 4.<sup>a</sup> votação de redação final e também deixar bem claro que na votação em 3.<sup>a</sup> discussão não se votou o projeto, se votou a emenda. Porque o projeto já havia sido votado em 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> discussão, consequentemente não havia nenhum interesse da nossa parte de pedir aos Parlamentares que votassem contra. Porque era apenas para votar contra a emenda que estava sendo colocada ao projeto. E não ao projeto.

Portanto, vai se aprovar redação final, ele será encaminhado ao Governador do

Estado e os técnicos, estes sim terão a responsabilidade; não eu, tenho a responsabilidade de alertar. Agora, de analisar com profundidade o projeto se é bom ou não é bom, se é bom de um lado é ruim do outro, e aí medir. Se é melhor para mais, ótimo, agora se é melhor para menos, tem que analisar, os técnicos têm que analisar, para isso são pagos, são escolhidos a dedo pelo Governador para representá-lo em suas Secretarias.

Mas queria também neste momento dizer que acompanhei hoje à tarde aqui o pronunciamento da Bancada do PT, Deputado Péricles foi à tribuna falar sobre o canal extravasor. Esse canal extravasor tem sido motivo de tanta discussão aqui na Casa e fora da Casa também, lá nas comunidades. Dizer que entendo legítima, e ninguém tira aqui o mérito, a legitimidade do PT, e qualquer partido de questionar ações que o Governo venha a implementar.

Agora, acho muito perigoso já se antecipar ao resultado de uma ação popular, como se já tivéssemos um parecer definitivo de que realmente há irregularidades. O PT, evidentemente se municiou de documentos, de posições de seu entendimento, analisou com sua equipe técnica e fez a ação popular. Agora, é bom deixar bem claro que este Líder do Governo não deixou em momento algum de procurar atender os apelos da Bancada do PT.

Estiveram no Palácio falando com o Chefe da Casa Civil, estiveram na SUCEAM, onde os acompanhei na conversa com o Secretário. Aliás, é bom deixar bem claro que a própria ação do PT só começou graças a ação dessa liderança, que agindo democraticamente porque não quer fazer uma ação de líder como enfrentou em gestões passadas aqui nesta Casa, e prontamente antecipou a documentação para que o PT, baseado naquela documentação fizesse a sua ação. Acho que trabalhamos democraticamente.

Então, acho que esta Casa não se furto à discussão do caso do canal extravasor.

Fizemos a nossa ação política nesta Casa e temos procurado fazer da melhor maneira possível com todos os Parlamentares. Acho que este realmente é o caminho. Volto a repetir, não questiono em absoluto a ação do Partido dos Trabalhadores. Este é o seu papel, é o papel do Partido de oposição. Assim foi o nosso papel nesta Casa, e assim será também o nosso papel na situação dos servidores da Agricultura e do Abastecimento. Ninguém mais do que este Parlamentar cobrou dos Governos passados aqui nesta Casa o melhor pagamento de salário, e nós continuamos na mesma posição cobrando, conversando diretamente com o Governador Jaime Lerner.

Ainda ontem à noite, quase até às 11:00 horas da noite lá estávamos eu, o Secretário Hermas Brandão, o Secretário da Administração, Reinhold Stephanes Júnior, lá estava o Secretário de Planejamento, lá estavam outros Secretários, todos nós debatendo essa questão salarial. O que fazer? O Governo reconhece com toda sinceridade a defasagem salarial no Estado do Paraná. Aliás, reconhece muito bem até a própria nota dos funcionários do sindicato que é encaminhado a nós Parlamentares quando fala aqui que os seus salários defasados em mais de 400% nos últimos oito anos.

Todos sabemos disso, posso até, Deputado Pessuti, Vossa Excelência tem sido um batalhador não só para esta classe a qual Vossa Excelência pertence, a todos os trabalhadores do Estado. Nenhum Deputado seria evidentemente contrário a qualquer reivindicação salarial. E Vossa Excelência tem debatido muito sobre esse assunto. E todos queremos realmente que haja essa recuperação salarial. Agora, quem tem durante oito anos 400% defasado, evidentemente não pode exigir uma ação imediata do Governador Jaime Lerner para recuperar isso em cinco meses de Governo de Estado, há que se reconhecer isso. O Governo quer, deseja, e este é o Governo que vai valorizar o servidor público, pode ter certeza disso. E a começar pelos seus técnicos que já quase um quadro extinto dentro do Governo do Estado, porque ninguém vai ficar aqui no Governo do Estado para ganhar 500 ou 1.000 reais, sabemos disso!

Todos estamos empenhados no sentido de fazer com que as coisas realmente, aconteçam, com que o Governo possa, amanhã, quem sabe no mês de junho, ou julho, pagar, quem sabe encontrar até já, imediatamente uma solução para este caso dos técnicos da Secretaria do Abastecimento.

Pode ter certeza que essa é a nossa vontade e o desejo do Governador, Jaime Lerner. Eu aqui na carta analisei, e até posso reconhecer, Deputado Pessuti, admitir que nós, naquele momento quando o Governador Lerner estava assumindo o Governo, que tenhamos até pecado naquele momento, por excesso de zelo, de cuidado, para de repente não permitir que o Governo do Estado pegasse o governo com mais de 74% de folha salarial. Até hoje podemos admitir e acreditar que tenhamos pecado. Pessoalmente acho que pecamos naquele momento, quem sabe se tivéssemos deixado passar aquela Mensagem Governamental, hoje o desgaste que sofre o Governador Jaime Lerner não seria dele, seria do Governo passado.

Talvez tenhamos pecado por falta de uma melhor orientação porque ali estávamos assumindo o Governo do Estado. Agora, há que se reconhecer que o Governo tem a

maior das preocupações e vai atender os servidores. O próprio Secretário da Agricultura tem conversado com os servidores, com o Sindicato. Na semana passada este Parlamentar acabou se envolvendo na greve da SANEPAR, mediu a greve, os servidores ao trabalho, porque assumimos uma postura de democracia, de abertura junto ao Governo do Estado e é isso que queremos.

Acredito e queremos que este seja um Governo diferente e ele será um Governo diferente, não fazendo críticas, cada um tem uma maneira de atuar no comando do seu Estado.

Agora o Governo Jaime Lerner vai atender, vai procurar valorizar o seu servidor público e para isso vai precisar contar com o apoio de todos principalmente do próprio servidor que precisará nos ajudar a melhorar a arrecadação do Estado do Paraná.

Só para encerrar, Senhor Presidente, quero registrar, com muita satisfação a presença do Vereador Samir Janoski, de Piraquara.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Duílio Genari, na qualidade de vice-Líder em exercício do PMDB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado Augustinho Zucchi, para ser o membro suplente do Partido, junto à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os problemas na SANEPAR. **A Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Angelo Vanhoni, Emerson Nerone e Péricles Mello, devidamente apoiado, constante do expediente. **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

A partir de hoje a Mesa estará rece-

bendo inscrições para os postulantes ao cargo de Juiz do Tribunal de Contas. O prazo termina segunda-feira.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01  
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 112/95, que regulamenta os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado e dá outras providências. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 112/95  
REDAÇÃO FINAL  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os depósitos, aplicações, arrecadações e pagamentos dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta, inclusive autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Estado, bem como do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, somente poderão ser movimentadas no Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, e nas instituições financeiras que lhe forem coligadas ou controladas.

Parágrafo Único - Os órgãos citados no "caput" deste artigo, deverão:

I - depositar e aplicar no mercado financeiro ou em conta de poupança do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, os recursos provenientes de:

a) garantia em procedimentos licitatórios e em contratos administrativos;

b) cauções de concessionárias de serviços públicos;

c) contratos e operações que figurem como garantes, agentes financeiros repassadores, agentes administrativos ou fiscalizadores, embora terceiros os mutuários ou beneficiados;

d) fianças que prestarem;

e) valores à ordem do Poder Judiciário ou que dependam de autorização judicial para liberá-los, salvo aqueles que, em virtude de disposição expressa em lei federal, devem ser depositados, obrigatoriamente, em instituições oficiais federais;

f) todas e quaisquer obrigações de cuja relação participem e que estiver, temporariamente, em disponibilidade, enquanto esta perdurar.

II - deverão promover através do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO:

a) o pagamento de seus fornecedores e

de entidades subvencionadas, ressalvados os recolhimentos que, em virtude de dispositivo de lei federal, deva ser feito em instituição oficial federal;

b) o pagamento de remuneração e benefícios aos seus funcionários e empregados;

c) a transferência de valores correspondentes a receita dos municípios e de recursos, de quaisquer espécie, para entidades de outras praças; e

d) recolhimento de custas, tributos e demais pagamentos efetivados em juízo.

Art. 2º - As cobranças de tributos e das faturas referentes ao consumo de luz, água e esgoto deverão ser feitas, através do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Art. 3º - O Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, poderá credenciar pessoas jurídicas de direito público e privado a receber os valores definidos na presente lei, consignando prazo para que os credenciados efetuem os depósitos, em agência especificada.

Art. 4º - Os dirigentes dos órgãos que não atenderem o disposto na presente lei, além de imediata demissão, ficarão adstritos às sanções previstas nos parágrafos 3º e 5º, do art. 27 e parágrafo 3º, do art. 75 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Competirá ao Tribunal de Contas do Estado, no âmbito de suas atribuições, fiscalizar o cumprimento do determinado na presente lei, aplicando-se também, no que couber, o que dispõe o art. 76 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 5º - A presente lei será regulamentada através de Decreto do Executivo, objetivando disciplinar a matéria.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.05.95.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

#### ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 07/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Santana do Pinaré, desmembrado de Cruz Machado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 22/94, de 21.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o presente projeto de resolução tem por finalidade realizar plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Santana do Pinaré.

Nada encontramos que impeça sua normal tramitação por essa Casa de Leis, sendo assim somos de parecer favorável, conforme emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 29.03.94.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/94

##### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

O Projeto de Resolução nº 007/94, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito para que a população das localidades de Santana e de Pinaré, se pronunciem sobre a criação do Município de Santana do Pinaré, desmembrado de Cruz Machado, com as seguintes divisas e confrontações:

Tem como ponto de partida na foz do rio Santana com o rio Dareia, deste segue margeando o rio Santana, medindo 12 km onde encontra-se a estrada municipal da Linha Poço Preto, deste segue pela referida estrada (Linha Poço Preto) medindo 9 km onde faz entroncamento com outra estrada municipal da Linha Iguagu, (pavimentada) seguindo por esta medindo 1,5 km encontra-se outra estrada municipal da Linha Palmital, seguindo por esta medindo 6,7 km encontrou-se o lote 48 situado na Linha Dona Emília da Colônia denominada "Concórdia" deste segue pelo seu travessão rumo a Oeste medindo 0,3 km encontrando a divisa do lote rural nº 25 da mesma linha, deste segue pelo travessão dividindo com o lote nº 25, medindo 3,0 km onde encontra-se o canto dos lotes rurais 22 e 23 situados no travessão da divisa com a Linha Dona Ernestina, deste segue pelo referido travessão medindo 1,0 km onde encontra-se o lote nº 01 até o lote 17 medindo 3,4 km encontrando a margem do rio Palmital, o qual divide os Municípios de Cruz Machado e União da Vitória, deste segue margeando o mesmo rio Palmital rumo a montante medindo 27,2 km encontrando a Barra do Arroio Barrancamento, deste segue pelo Arroio Barrancamento rumo a montante até sua nascente medindo 8,5 km onde encontra-se a linha seca em que divide com o Município de Mallet, deste segue pela referida Linha medindo 5,0 km encontrando o Espigão da Serra da Esperança, deste segue pelo espigão medindo 3,5 km encontra-se novamente a li-

nha seca, seguindo a mesma medindo 1,5 km encontra-se a Estrada Municipal em que divide o Município de Cruz Machado e o Município de Mallet, deste segue pela referida estrada medindo 27,3, onde divide também com o Município de Rio Azul e encontrando as nascentes do Rio Potinga onde inicia-se a divisa com o Município de Inácio Martins, deste segue margeando o Rio Potinga rumo a fusante medindo 7 Km onde encontra-se sua foz no Rio Dareia, deste segue também a fusante pelo Rio Dareia dividindo ainda com o Município de Inácio Martins medindo 29,5 Km encontrando a foz do Rio Turvo em que divide os Municípios de Inácio Martins e Município de Pinhão, deste segue margeando o mesmo Rio Dareia já dividindo com o Município de Pinhão medindo 32 Km encontrando a foz do Rio Santana onde teve seu ponto de partida (O-PP) fechando assim o perímetro dos Distritos de Santana e Pinaré.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em  
(a) ANIBAL KHURY

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada por 3 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Resolução nº 007/94, por 03 (três) Sessões.

O Projeto retorna à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência recebe aqui do nosso Diretor da Assistência ao Plenário a relação dos pedidos de informações que ainda não tiveram resposta e que estão vencidos.

Por coincidência Deputado Líder do Governo, todos são do PT.

Sobre a Mesa Requerimento nº 1275, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1277, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes com apoio do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1274, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1260 e 1261 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1262 a 1264, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1266, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1267 a 1270, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1271 e 1273 de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1257 a 1259 e 1282 a 1287, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1265, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1278 de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1279 e 1280, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1281, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1288 de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1290, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1293, de autoria dos Senhores Deputados Angelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Trineu Colombo e Péricles Mello, com apoio dos Srs. Deputados Duílio Genari, Cesar Seleme, Nelson Justus e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1298, de autoria dos Senhores Deputados Angelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Trineu Colombo e Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1294 de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **A C.C.J. PARA ESTUDOS.**

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro os horários do Pequeno e Grande Expediente na próxima terça-feira, para expor a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta a Bancada do PT, se e

ser transferida para quarta-feira; há uma sessão marcada para homenagear a polícia Civil e Militar no que diz respeito a Marechal Rondon.

Fica marcada, portanto, para quarta-feira, tal Sessão.

Requerimentos n°s 1296 e 1297, de autoria do Sr. Deputado Angelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1295, de autoria do Sr. Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Eu conversei com o Deputado Vanhoni para que seja retirado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado pelo autor.

Requerimentos n°s 1301 a 1303, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1304, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimento n° 1305, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1306, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do Prefeito de Guaratuba, José Ananais, aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 029, 110, 114, 115, 135, 136 e 139/95.

Levanta-se a sessão.